

TURÉ

Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá para o Magistério
de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental**1. APRESENTAÇÃO**

O Turé – Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá ¹, enquanto um programa de formação de professores indígenas para o magistério, tem por objetivo maior contemplar as sociedades indígenas com a formação de educadores habilitados em Educação Escolar Indígena, propiciando aos professores indígenas uma formação que os capacite como *“pesquisadores de sua sociedade, alfabetizadores em sua própria língua, professores de português, redatores de material didático específico e gestores do processo educativo escolar.”* (MEC, 1993).

Os beneficiários desse projeto são, prioritariamente, os professores índios que já estão trabalhando nas escolas em suas respectivas áreas indígenas², que não possuem o grau de magistério, pertencentes às etnias Aparai, Galibi-Marworno, Karipuna, Kaxuyana Palikur, Tiriyo, Wajãpi e Wayana, daqui em diante denominados professores-cursistas.

¹ A formulação do Programa de Formação incorpora grande parte das reflexões e metodologias de projetos de formação de professores índios que estão em curso em outros estados da União. Dentre tais projetos destacam-se o Projeto Tucum e a Proposta Curricular para Formação de Professores Índios do Parque Indígena do Xingu . MT. Além disso, retoma parte das reflexões do Projeto Turé, elaborado pela equipe anterior do NEI/AP.

² Foram realizadas algumas etapas do Projeto Turé com algumas destas etnias, conforme apresentação e avaliação no decorrer do documento. A proposta de grade curricular (carga horária e conteúdos) incorporará os cursos já realizados do Projeto Turé nos anos de 1998 e 1999.

Devido aos distintos contextos de contato interétnico das etnias contempladas e visando uma melhor operacionalidade e coordenação do Programa de Formação, indica-se a sua divisão nos seguintes subprogramas:

1. **Subprograma Uaçá** (Karipuna, Galibi-Marworno e Palikur)
2. **Subprograma Tumucumaque** (Aparai, Wayana, Tiriyo e Kaxuyana)
3. **Subprograma Waiãpi**

Apresentamos a seguir a grade curricular geral que compõe o Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá.

TURÉ - Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá

Grade Curricular

Áreas de Conhecimento	Carga Horária Horas/aula	Módulos Quantidade	Disciplinas
Línguas	800	10	- Língua Portuguesa - Língua Indígena - Metodologia de Ensino de Línguas
Ciências Sociais	800	10	- História - Geografia - Metodologia de Ensino de História e Geografia
Ciências Matemáticas e Naturais	800	10	- Matemática - Ciências - Metodologia de Ensino de Matemática - Metodologia de Ensino de Ciências
Formação Específica	480	6	- Noções de Antropologia - Noções de Sociolinguística - Métodos e Técnicas de Pesquisa - Didática - Estrutura e Funcionamento de Ensino
Estágio Supervisionado	300	-	- Prática de Ensino I, II e III
	3.180	36	

No decorrer desse documento cada área de conhecimento e disciplinas serão apresentadas e discutidas de maneira pormenorizada.

Os temas estudados em cada disciplina constitutiva da grade curricular devem se desenvolver numa perspectiva que contemple a interdisciplinaridade, propiciando aos professores-cursistas uma formação individual crítica, de qualidade e diferenciada, além de uma capacitação que os permita atuar como agentes multiplicadores junto aos seus povos.

Nesse sentido, sugere-se os seguintes temas que deverão se constituir em eixos norteadores das disciplinas do Programa de Formação:

- a) gerenciamento e controle de território;
- b) afirmação da identidade étnica, manutenção e revitalização da cultura e da língua materna;
- c) articulação entre as atividades de subsistência, preservação e a utilização sustentável de recursos naturais, ou seja, uma formação voltada para a educação ambiental;
- d) sobrevivência econômica diante das necessidades derivadas do contato interétnico;
- e) (re) conhecimento da organização política local, nacional e internacional;
- f) articulação de uma educação voltada para a saúde.

Autonomia e Sustentabilidade serão as metas prioritárias que deverão orientar o Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá. No caso específico da educação escolar indígena, autonomia e sustentabilidade devem ser entendidas como metas de longo prazo que só poderão ser atingidas com a eliminação progressiva da interferência direta de não índios em todas os aspectos da gestão escolar, que tem como contra-partida, o seu controle progressivo pelos próprios índios.

A diretriz norteadora do Programa de Formação de Professores Indígenas deverá seguir à risca as novas determinações contidas na Resolução 03/99-MEC - sintetizadas em seu Artigo 1º - que aponta para a necessidade da implementação da escola indígena. Tal implementação só será possível de ser conquistada se seus gestores principais – os professores indígenas – forem capacitados e formados com o máximo de qualidade. Assim é dito no referido artigo:

“ Art. 1º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural

e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica”.

Em outras palavras, trata-se de uma formação que visa a qualificação dos professores-cursistas para serem os gestores de uma escola indígena, referenciada e implementada num processo educativo bilíngüe, intercultural, específico e de qualidade. Os professores indígenas serão formados e capacitados como pesquisadores de sua própria cultura através da obtenção de conhecimentos antropológicos, pedagógicos e sociolinguísticos. Simultaneamente, a formação dos professores-cursistas deverá se pautar pelo conhecimento e reconhecimento crítico da realidade sócio-política, histórica, socioambiental e geográfica (local, regional, nacional e internacional) propiciando-lhes um instrumental teórico e prático que os capacitem tanto como professores-formadores de seus alunos indígenas, como também de instrutores privilegiados que compreendam e traduzam tais realidades supra-locais para o restante dos membros de suas comunidades e ainda, que transmitam os anseios de suas comunidades aos diversos segmentos não-indígenas que com eles interagem.

2. CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS ÁREAS INDÍGENAS DO AMAPÁ.

O Estado do Amapá abriga em seu território 05 etnias. Destas os Galibi do Oiapoque, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur estão localizadas no município de Oiapoque. Os Waiãpi localizam-se no município de Pedra Branca do Amapari. Além destas, o governo do Estado atende mais quatro etnias situadas no Parque Indígena do Tumucumaque, na fronteira entre Pará e Amapá: os Aparai, os Wayana, os Tiriyó e os Kaxuyana.

2.1. Quadro Lingüístico:

População Indígena	Língua	Tronco Lingüístico
Aparai	Aparai	Karib
Galibi do Oiapoque	Galibi	Karib

Galibi-Marworno	Patois	Kreól Francês
Karipuna	Patois	Kreól Francês
Kaxuyana	Kaxuyana	Karib
Palikur	Palikur	Aruak
Tiriyó	Tiriyó	Karib
Waiãpi	Waiãpi	Tupi-Guarani
Wayana	Wayana	Karib

2.1.1. Galibi-Marworno

Os Galibi-Marworno vivem na T.I. Uaçá, na vila de Kumarumã. Sua população atual compreende cerca de 1400 pessoas. A língua materna é o patois, sendo o português e o francês utilizados como língua de contato. Há algumas pessoas que falam a língua aruá, de uma das etnias que colaborou na composição dessa população. O Governo do Estado mantém uma escola, que é a maior das escolas indígenas da região. Na década de 80, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) coordenou um trabalho lingüístico de grafia na língua patoás, tendo como assessores a lingüista Ruth Montserrat e o antropólogo Márcio Silva. Também na década de 80, a antropóloga Eneida Assis escreveu sua tese de mestrado a respeito da educação escolar entre os Galibi-Marworno e Karipuna. Na década de 90, foram formados em Curso Pedagógico organizado pelo CIMI, professores indígenas que atualmente trabalham na escola. A mesma entidade coordenou diversas assessorias para a elaboração da chamada Proposta Curricular Karipuna/Galibi-Marworno com o envolvimento dos professores índios de ambas etnias. Participaram também da elaboração dessa proposta a antropóloga Antonella Tassinari - que discutiu o projeto com membros do MARI/USP e com setores da Secretaria de Educação do Amapá - e a antropóloga Eneida Assis (UFPA), bem como outros lingüistas e educadores. É uma exigência da comunidade que seja oficializada imediatamente a Proposta Curricular Karipuna/Galibi-Marworno. Já foram realizados alguns módulos do Programa de Formação, ministrados por técnicos do NEI – Núcleo de Educação Indígena-AP.

2.1.2. Karipuna

Os Karipuna ocupam a terra indígena do Uaçá, concentrado-se às margens do rio Curipi, ao longo da BR 156, às margens do rio Oiapoque e no igarapé Juminã. Esta

comunidade destaca-se por ter um longo histórico de contato com a sociedade envolvente onde sobressaem-se nas questões relacionadas a causa indígena. O governo estadual mantém 21 escolas nas diferentes aldeias. A população é de aproximadamente 1400 pessoas. O português e o patois são utilizados como língua materna ou de contato, dependendo das aldeias e famílias. Assim como os Galibi-Marworno, os Karipuna tem uma antiga experiência de ensino escolar, discutida na citada tese de Eneida Assis e também, mais recentemente, nos trabalhos de Antonella Tasinari. Os Karipuna também participaram dos cursos pedagógicos de formação de professores índios promovidos pelo CIMI e vários já atuam em escolas locais. É também exigência dessa etnia a aprovação da Proposta Curricular Karipuna/Galibi-Marworno pelo Conselho Estadual de Educação e setores competentes da Secretaria de Educação do Amapá. Já foram realizados alguns módulos do Programa de Formação, ministrados por técnicos do NEI – Núcleo de Educação Indígena-AP.

2.1.3. Palikur

Os Palikur localizam-se na terra indígena Uaçá, concentrando-se às margens do rio Urucauá, distribuídas em seis aldeias. A população totaliza 780 pessoas. Fala-se a língua Palikur – do tronco lingüístico Aruak –, o patois e o português. Trabalhos como o de Arnaud e Assis mencionam a história e a situação da educação escolar entre essa população, que também remonta à década de 30. Nos anos 70, a lingüista Diana Green, do S.I.L., registrou a grafia Palikur e produziu material didático pedagógico, atualmente utilizado nas escolas. A partir do trabalho de diversos missionários desde a década de 50, a grande maioria da população Palikur converteu-se à religião pentecostal. Esse fato está sendo estudado pela antropóloga Artionka Capiberibe, que também atuou em cursos de formação de professores oferecidos nos últimos 5 anos. O governo do Estado mantém cinco escolas nas diferentes aldeias. A lingüista Simoni Valadares, enquanto técnica no Núcleo de Educação Indígena, assessorou professores Palikur na confecção de duas cartilhas na língua materna. Já foram realizados alguns módulos do Programa de Formação, ministrados por técnicos do NEI – Núcleo de Educação Indígena-AP.

2.1.4. Aparai e Wayana

Os índios Aparai e Wayana, ocupam a Terra Indígena de Paru de Leste e a Terra Indígena do Parque Indígena do Tumucumaque. O termo Aparai-Waiana deriva

do processo de fusão entre os dois grupos, iniciado no século passado a partir de casamentos interétnicos. Fala-se a língua Aparai e a língua Wayana, do tronco lingüístico Karib, com grau de parentesco bastante próximo, sendo que a maior parte da população é bilíngüe (com relação às línguas indígenas). Além disso, alguns falam também o português. O governo do Estado mantém sete escolas em diferentes aldeias. Já foram realizados alguns módulos do Programa de Formação, ministrados por técnicos do NEI – Núcleo de Educação Indígena-AP.

2.1.4. Tiriyo e Kaxuyana

Os Tiriyo e Kaxuyana vivem no Parque Indígena do Tumucumaque. Contam com uma população de cerca de 900 indivíduos, dos quais 60% vivem mora nos arredores da Missão Tiriyo. O restante da população distribui-se em 19 localidades diferentes, sendo 18 ao longo do rio Paru do Oeste e Cuxaré, e uma no Paru do Leste. Nestas aldeias, o número de habitantes varia de 2 a 80 pessoas. Fala-se as línguas Tiriyo e Kaxuyana, do tronco lingüístico Karib, que são mutuamente ininteligíveis. Os Kaxuyana demonstram maior fluência no português. O governo do Estado mantém cinco escolas em diferentes aldeias. Alguns professores falam português fluentemente, enquanto outros compreendem com muita dificuldade, mas não se expressam nessa língua. A língua Tiriyo foi objeto de estudo na tese de doutorado de Sérgio Meira, enquanto a língua Kaxuyana vem sendo estudada pelo lingüista Spike, do Museu Emílio Gueldi de Belém/PA. A escola começou com os missionários católicos na década de 60 e contou com o apoio da FAB. Em 1996, a pedido da comunidade e com apoio do MEC, o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) e o MARI/USP, iniciou-se um projeto de melhoria da escola e formação dos professores indígenas. Um curso de formação e duas oficinas de material didático foram realizados entre novembro de 1997 e janeiro de 1998, coordenados pelos antropólogos Luís Donisete Grupioni e Denise Fajardo. A partir deste projeto – intitulado “Resgate da Escola Titiyo” - foram publicados o “Dicionário Tiriyo-Português” (1997), de autoria do frei Bento Letschart, e o livro bilíngüe “ História do Peixe-Tesoura” (2000), preparado na escola de Cuxaré. Outros materiais encontram-se em fase de elaboração. Esses antropólogos estão discutindo com as comunidades a continuidade do processo de formação para os professores Tiriyo e Kaxuyana. Além disso, os Kaxuyana estão desenvolvendo um trabalho de fortalecimento da escrita da língua materna, já tendo propostas de materiais didáticos na própria língua que ainda não foram publicados.

2.1.5. WAIÃPI

Os Waiãpi têm como área de maior concentração no Brasil a região do Amapari, Terra Indígena Waiãpi. Fala-se a língua Waiãpi – do tronco lingüístico Tupi-Guarani – e uma pequena parcela da população fala o português. O Governo do Estado mantém cinco escolas na terra indígena Waiãpi. A população Waiãpi, hoje com 520 pessoas, está distribuída em 29 aldeias, sendo que mais quatro estão em processo de formação. Todos estes 29 assentamentos mantêm contatos regulares com uma das 5 aldeias principais (ou " pólo-base"): Aramirã, Manilha, Mariry, Ytuwasu e Taitetuwa, onde são oferecidos serviços básicos de assistência (saúde) e onde estão sendo construídas novas escolas, nas quais devem atuar os professores indígenas responsáveis pela alfabetização na língua materna. A atividade escolar, entretanto, não se limita às 5 escolas localizadas nas aldeias principais. De acordo com a demanda da comunidade e como resultado do Programa de Educação Waiãpi – que conta com a assessoria da organização não-governamental Centro de Trabalho Indigenista (CTI) – parte dos 11 professores Waiãpi em formação já estão dando aulas em suas aldeias, independentemente da existência de uma "escola". A população escolar é de cerca de 120 pessoas. A presença das crianças nas escolas das aldeias centrais é muito flutuante, considerando o padrão tradicional de ocupação e o ciclo de atividades, que leva as famílias à intensa circulação pela área indígena. O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) iniciou em 1990 o Programa de Formação de Jovens Waiãpi que prossegue até hoje. Nos primeiros 5 anos, as atividades incluíam acompanhamento antropológico e pedagógico em campo e cursos bi-anuais destinados à primeira turma de jovens que estão atualmente se formando como professores de suas aldeias e atuam como secretários e membros da diretoria do Conselho das Aldeias/APINA. Nesta fase, os trabalhos foram coordenados pela antropóloga e educadora Marina Kahn, contando com a assessoria do lingüista Waldemar Ferreira Netto e da antropóloga Dominique T. Gallois. Em 1991, o CTI, através de seus assessores, colaborou com a fundação do NEI/AP, em parceria com a Secretaria de Educação e a Funai. Materiais didáticos adequados à realidade e aos interesses dos Waiãpi foram elaborados neste período, para uso nas escolas da área³. Desde 1995, o Programa foi ampliada com o apoio da Fundação Mata Virgem da Noruega/RFN, contando com uma equipe

³ Entre estes, destacam-se: "Kusiwa: exercícios de coordenação motora" ; "Cartilha Waiãpi/Português" (acompanhado do livro do professor); "Cartilha dos Professores Waiãpi: Exercícios de leitura e escrita em

composta de 7 assessores especializados (antropólogos, lingüistas, biólogos) visando uma formação mais diversificada dos jovens Waiãpi. A primeira turma que foi alfabetizada no decorrer da primeira fase do Programa já participou de 14 cursos, sendo os 4 últimos de preparação para o magistério⁴. A primeira proposta curricular para a escola Waiãpi foi formulada pela equipe de assessores e os professores Waiãpi, contanto com a coordenação da antropóloga Marina Kahn e apresentada ao NEI/AP em 1995. Esta proposta está sendo atualizada pela mesma assessora, em parceria com o NEI/AP. O Programa de Formação de Professores Waiãpi/CTI está promovendo a formação de uma segunda turma de jovens, a quem são oferecidos cursos de formação básica (português e matemática). Cursos de adultos são realizados em sistema de rodízio nas cinco principais aldeias. O acompanhamento dos professores indígenas em suas escolas é também realizado pela equipe de assessores do CTI, hoje sob a coordenação da antropóloga Lúcia Ferreira Szmrecsanyi.

3. Bases Legais

3.1. Da Legislação Precedente.

As bases legais nas quais se assenta a educação intercultural bilíngue são a Constituição Federal do Brasil; a Portaria Interministerial 559/91; a Lei 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Parecer 14/99 e a Resolução 3/99 da Câmara Básica de Ensino.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, assegura o uso das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem, garantindo o ensino bilíngüe nas escolas localizadas em áreas indígenas. (CF. artigo 210), cabendo ao Estado a proteção das manifestações culturais indígenas (CF. artigo 215).

A Constituição do Estado do Amapá, em seu texto, incorporou muito dos direitos assegurados pela Constituição Federal, além de avançar em determinados aspectos. O Artigo 330 " Dos Índios" , assinala em seu parágrafo 3º que "*O Estado proporcionará às comunidades indígenas o ensino regular na língua indígena original da comunidade e em português, devendo o órgão estadual da educação desenvolver programas de formação de professores indígenas bilíngües para o atendimento dessas demandas.*" O

Matemática 1 e 2"; "Caderno de Matemática sem números"; "Livro das Tabelas"; "Livro dos Mapas: território Waiãpi" dentre outros.

Parágrafo 6º garante que “ *A participação indígena é essencial à formulação de conceitos políticos e na tomada de decisões sobre assuntos que lhe digam respeito, sendo instrumento básico desta participação as comunidades indígenas e suas organizações.*”.

A Portaria Interministerial 559/91, em seu artigo 7º, determina que sejam “ *mantidos e executados programas de formação , capacitação e especialização de recursos humanos para o desenvolvimento da educação escolar indígena (...) garantindo preferencialmente o acesso do professor índio a esses programas permanentes.*” . No artigo 8º é afirmado que devem ser consideradas no processo de reconhecimento das escolas indígenas, a presença de “ *materiais didáticos para o ensino bilíngüe, preferencialmente elaborados pela própria comunidade indígena, com conteúdos adequados às especificidades sócio-culturais das diferentes etnias e à aquisição do conhecimento universal*” além de “ *conteúdos , metodologias e avaliação adequados à realidade sócio-cultural de cada grupo étnico.*”

Na Lei 9.394/dezembro de 1996, intitulada Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é assinalado no artigo 32, parágrafo IV, que “ *o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem*” . E ainda, no artigo 26, parágrafo III, que “ *os currículos das escolas indígenas deverão ser compostos de uma base nacional comum e uma parte diversificada*” . Por fim, no artigo 78 assegura explicitamente que “ *a educação escolar indígena deve ser intercultural e bilíngüe, visando a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências , além de possibilitar o acesso às informações e conhecimentos valorizados pela sociedade nacional.*”

3.2. Da Legislação Atual

A seguir são apresentados de maneira temática os artigos da Resolução 3/99 e alguns trechos do Parecer 14/99 elaborados pela CBE (Câmara Básica de Ensino), sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil.

⁴ Cada curso é constituído pelas seguintes disciplinas: línguas (incluindo oficinas para elaboração de dicionários), matemática, ciências naturais, história e geografia, prática de ensino (em língua materna, português e matemática, além de oficinas para preparação de materiais didáticos).

3.2.1 Da Organização da Escola Indígena

O Artigo 3º da Resolução 3/99 assinala que na organização da escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

- I- suas estruturas sociais
- II- suas práticas socioculturais e religiosas
- III- suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem
- IV- a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas
- V- o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena.

3.2.2. Do Calendário escolar indígena

O Artigo 4 da Resolução 3/99 assinala que a elaboração de um calendário escolar indígena deverá se pautar pelas seguintes prerrogativas:

- I - "organização das atividades escolares, independentes do ano civil, respeitando o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas".
- II - "duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-a às condições e especificidades próprias de cada comunidades"

3.2.3. Do Projeto Pedagógico Específico

No Artigo 5 da Resolução 3/99 é assinalado que a formulação do projeto pedagógico próprio, por escola ou por povo indígena, terá por base:

- I – as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa de educação básica
- II - as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade
- III - as realidades sociolingüísticas, em cada situação.
- IV - Os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena
- V- a participação da respectiva comunidade ou povo indígena

No Parecer de 14/09/1999 da Câmara Básica de Educação é indicado ainda (página 19) que o processo de elaboração das propostas curriculares por escola

indígena deve estar subsidiado pelo Referenciais Curriculares Nacionais para Escolas Indígenas (RCNEI), que tem como aspectos fundamentais a ampla autonomia da comunidade indígena para estabelecer:

- a) natureza dos conteúdos;
- b) a periodicidade do estudo;
- c) os espaços que serão utilizados;
- d) as articulações entre as áreas de conhecimento;
- e) a escolha de temas de interesse e metodologia a ser desenvolvida

O mesmo Parecer assinala ainda que:

“Essa lógica de organização pedagógica desloca o centro da razão que, se antes era o conteúdo de ensino em séries, passa a ser o educando e sua aprendizagem em ciclos de formação”

3.2.4. Da Formação dos Professores Índios

No Artigo 6 da Resolução 3/99 encontra-se explicitado que a formação dos professores indígenas deverá se orientar pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e será desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores.

No parágrafo único do mesmo artigo é assegurado a garantia aos professores indígenas de sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

No Artigo 8 da Resolução 3/99 é assinalado que a atividade docente na escola indígena será exercida prioritariamente por professores indígenas oriundos da respectiva etnia.

No Artigo 9, em seu Parágrafo II, encontramos a competência específica dos Governos estaduais:

d) instituir e regulamentar a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, a ser admitido mediante concurso público específico.

No mesmo Artigo, em seu Parágrafo III, é assinalado que compete aos Governos estaduais:

- a) estabelecer critérios específicos para a criação e regularização das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas.
- c) regularizar a vida dos alunos indígenas, quando for o caso.

No Parecer de 14/09/99 estabelece-se ainda (páginas 15 e 16) a necessidade da capacitação dos professores indígenas para a condução de pesquisas de cunho lingüístico e antropológico, tendo como prerrogativas:

- Capacitação sócio lingüística para o entendimento dos processos históricos de perda lingüística, quando pertinente
- Para produzir material didático- científico
- Para a elaboração de currículos e programas de ensino específicos para as escolas indígenas
- Pelo fato de ser liderança política , atuando como mediador entre dois mundos, deve o professor indígena ser capacitado para a compreensão do discurso legal, do funcionamento político/burocrático, etc.
- A capacitação do professor índio requer a participação de especialistas com formação, experiência e sensibilidade para trabalhar aspectos próprios da educação indígena , incluindo profissionais das áreas de lingüística, antropologia e outras.

No mesmo Parecer (página 20) é indicado a necessidade de se instituir e regulamentar a carreira de magistério indígena:

“para tanto é necessário que os sistemas estaduais de ensino instituem e regulamentem a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, criando a categoria “professor indígena” como carreira específica do magistério, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades lingüísticas e culturais das sociedades indígenas, garantindo a esses professores os mesmos direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de remuneração correspondente ao seu nível de qualificação profissional” e que ainda, “as provas dos Concursos Públicos deverão ser elaboradas por especialistas em língua e cultura das respectivas comunidades indígenas”.

3.2.5 . Das Parcerias

No Artigo 10 da Resolução 3/99 é assinalado que: O planejamento da educação escolar indígena, em cada sistema de ensino, deve contar com a participação de representantes de professores indígenas, de organizações indígenas e de apoio aos índios, de universidades e órgãos governamentais.

O Parecer de 14/09/1999 assinala que compete ao Estado (pag 27): *“Constituir instância interinstitucional a ser composta por representantes de professores indígenas, de organizações de apoio aos índios, universidades e órgãos*

governamentais e não-governamentais, para acompanhar e assessorar as atividades desenvolvidas para a oferta de educação escolar indígena.”

Em anexo, segue cópia na íntegra da Resolução 3/99 e do Parecer 14/99.

4. TURÉ: Programa de Formação dos Professores Indígenas no Amapá.

Em linhas gerais, o Programa de Formação dos Professores Indígenas do Estado do Amapá - TURÉ deverá estar subsidiado numa prática pedagógica que leve em conta as formas tradicionais de organização social e cosmológica dos povos indígenas do Amapá, partindo sempre que possível dos conhecimentos prévios por eles acumulados ao longo da história, de geração à geração. Portanto, deverá fundamentar-se na *interculturalidade e trilhar os caminhos da intersubjetividade e da percepção de outras lógicas (e não somente a “ocidental”)*, instigando o professor-cursista a *interpretar os conteúdos e as práticas a partir de sua própria concepção de mundo.*⁵

4.1. Justificativa

O quadro de professores (índios e não-índios) que trabalham atualmente nas escolas estaduais em áreas indígenas no Amapá tem um perfil que não corresponde à situação de ensino-aprendizagem demandada pelas crianças indígenas, pois carecem de uma significativa e continuada formação. A experiência da educação escolar indígena no Amapá demonstra que os professores (índios e não-índios) enfrentam a situação de ensino/aprendizagem de uma maneira improvisada e espontânea, aplicando estratégias que levam o “modelo ocidental” de ensino escolar de forma totalmente contraproducente, produzindo, reproduzindo e expandindo o fracasso escolar nas áreas indígenas.

O Estado do Amapá destaca-se atualmente no cenário nacional de maneira negativa, sendo um dos estados da União a possuir um dos maiores índices de professores não índios (63) trabalhando em escolas indígenas. A maioria dos professores que ministram aulas para os alunos indígenas matriculados de 1^a a 4^a série nas aldeias são não-índios que tem uma formação pedagógica para uma demanda de população monolíngüe e monocultural não indígena. Ao mesmo tempo, a

⁵ Bandeira, 1997b, conforme assinalado na página 21 do Projeto de Cursos de Licenciatura Específicos para a Formação de Professores Indígenas do Mato Grosso. (Ver Bibliografia ao final deste documento).

grande parte dos professores índios em atividade lecionam apenas no ciclo da alfabetização (um ano) – que, via de regra, é realizada na língua materna - período preparatório para o ingresso do aluno no primeiro ano do ensino fundamental. É notório que a transição do aluno indígena para o primeiro ano do ensino fundamental torna-se um dos maiores obstáculos para a continuidade de seus estudos. As crianças indígenas saem, afora raras exceções, de um ambiente onde se fala e escreve a língua materna, onde identifica no professor um membro da sua comunidade – derivando daí uma confiança recíproca - para, repentinamente, se encontrarem diante de um professor não-índio, falante de uma outra língua e com métodos de ensino e conteúdos disciplinares distantes da realidade vivida na aldeia. O professor não-índio da primeira série precisa então ensinar a escrita e desenvolver o entendimento oral do português e este processo demora novamente mais de um ano. Cria-se, portanto, a idéia corrente de que o aluno indígena de primeira série precisa passar dois anos na primeira série. Outro fator negativo nesse quadro relaciona-se ao despreparo dos professores índios no que tange ao processo de ensino/aprendizagem, tanto no ciclo de alfabetização como no ciclo de 1ª a 4ª série .

Números sobre a Educação Escolar Indígena no Amapá

ETNIA	NRO DE ESCOLAS	NRO DE ALUNOS			NRO DE PROFESSORES ÍNDIOS	NRO DE PROFESSORES NÃO ÍNDIOS
		Alfabetização	1ª a 4ª série	Supl.		
Palikur	05	62	210	-	16	05
Galibi Marworno	03	100	347	-	11	15
Galibi do Oiapoque	01	-	04	-	0	0
Karipuna	12	169	317	-	28	33
Wajãpi	05	52	139	-	11	05

Tiriyó e Kaxuyana	04	102	19	-	07	02
Apatai e Wayana	09	73	129	-	13	06
TOTAL	39	396	1170	-	86	66

Tais constatações, que poderiam se alongar, reafirmam a necessidade da formação do professor índio para o exercício do magistério de 1^a a 4^a série, em um primeiro momento. A possibilidade de que os professores-cursistas, uma vez formados, venham a ingressar na faculdade - e, futuramente, obter licença para lecionar nos demais ciclos escolares (5^a a 8^a e no Ensino Médio) - é uma exigência lógica do Programa de Formação.

Portanto, reafirma-se que somente com a formação e capacitação específica, diferenciada e contínua dos professores índios, que a situação atual do ensino escolar nas terras indígenas do Amapá poderá ser revertido, assegurando uma transformação radical do processo de ensino/aprendizagem para os alunos indígenas. Ao mesmo tempo, o Programa de Formação deverá propor o desafio da construção de um novo modelo de escola, que sirva, decididamente, como contraponto aos modelos educacionais integradores e homogeneizantes vigentes até aqui junto às populações indígenas.

4.2. Objetivos

A grade curricular que constitui o Programa de Formação deverá propiciar aos professores-cursistas participantes:

- a) a formação como pesquisadores de suas próprias línguas, histórias, geografias, meio ambiente, saúde, matemáticas, etc, bem como dos conhecimentos dos não-índios;
- b) a formação para a pesquisa e a alfabetização em língua materna e língua portuguesa, propiciando o estudo das línguas indígenas e o desenvolvimento da escrita em suas próprias línguas;

- c) a formação como produtores, escritores e redatores de material didático-pedagógico em suas línguas maternas e em português, referentes tanto aos seus conhecimentos diferenciados, como também daqueles derivados do contato com segmentos não-indígenas;
- d) a formação para uma compreensão e interpretação da variedade das fontes escritas e dos discursos dos não índios visando seu domínio pelos professores-cursistas e a tradução para seus alunos e restante da comunidade indígena;
- e) a capacitação como administradores e gestores das escolas indígenas, das associações indígenas, dos caixas escolares, etc., em todos os seus escalões;
- f) a valorização da cultura indígena, o estímulo ao intercâmbio cultural e a cooperação entre os povos indígenas do Amapá, da Amazônia e do Brasil;

4.3. Procedimentos

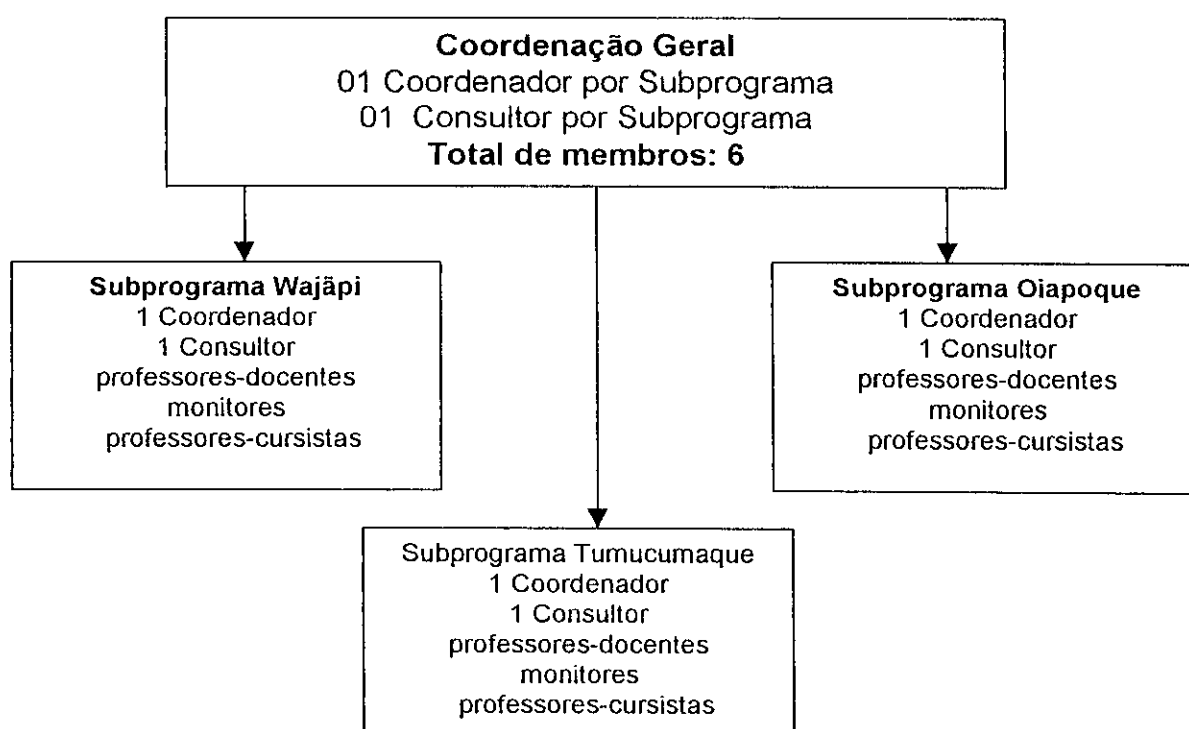
- a) **Etapa Presencial:** O Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá - TURÉ será constituído por **12 (doze) cursos**, com duração de **30 (trinta) dias cada**. Cada curso será constituído por módulos (por disciplina) com no mínimo **5 (cinco) dias** e no máximo **10 (dez) dias**. Portanto, levando-se em conta que a carga horária diária será de **8 h/aula**, cada módulo terá no mínimo **40 (quarenta) h/aula** e no máximo **80 (oitenta) h/aula**. Independente da carga horária de cada módulo – 40 h/aula ou 80 h/aula - ministrado em cada um dos doze cursos do Programa de Formação, a carga horária da ETAPA PRESENCIAL deverá totalizar **2.880 hs**. Cada sub-programa de formação poderá adequar o total da carga horária exigida em cada **área de conhecimento** de acordo com a especificidade e necessidade da etnia. Ou seja, a carga horária e módulos de cada **disciplina** poderão ser arranjados de maneira diferenciada por sub-programa desde que totalizem o total da carga horária da **área de conhecimento**.
- b) **Etapa Não-Presencial ou Estágio Supervisionado:** os professores-cursistas em formação terão suas atividades em salas de aula supervisionadas e avaliadas pelos técnicos do Núcleo de Educação Indígena – denominados monitores - após o término de cada curso de formação, seguindo um cronograma anual. Ver Ementa sobre ESTÁGIO SUPERVISIONADO, mais a frente. A carga horária total do ESTÁGIO SUPERVISIONADO será de **300 h/aula**.
- c) **O total da carga horária do Programa de Formação compreenderá 3.180 h/aula.**

d) As disciplinas serão ministrados por consultores e técnicos com reconhecida experiência na área da educação escolar indígena (educadores, lingüistas, antropólogos, pedagogos, etc). (VER RELAÇÃO ANEXA).

4.4. Estrutura Organizacional do Programa de Formação

4.4.1. Da Coordenação Geral

Composição: A Coordenação Geral do Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá – TURÉ terá o seguinte organograma:



4.4.2. Objetivos:

- a) Articular meios para a obtenção de recursos financeiros e criar mecanismos específicos de gerenciamento desses recursos visando o suporte ao Programa (convênios com o MEC; com ONGs, etc);
- b) Realizar gestões junto aos diversos setores envolvidos (SEED; CEE; etc) visando a aprovação de leis que assegurem o pleno desenvolvimento do Programa;

- c) Organizar os cursos de formação, em suas fases presencial e não-presencial, em termos de transporte, alimentação, pagamento de honorários, material de apoio, calendários de execução, etc.
- d) Documentar todas as atividades do Programa;
- e) Assegurar a elaboração de relatos técnicos da atuação dos agentes envolvidos no Programa, organizando arquivos que deverão estar acessíveis a todas as instituições envolvidas;
- f) Incentivar a participação das comunidades indígenas nas atividades do Programa.
- g) Selecionar e indicar profissionais como reconhecida formação e experiência em educação escolar indígena para ministrarem as disciplinas que fazem parte da grade curricular do Programa de Formação.

4.5. Dos Participantes do Programa de Formação

As seguintes prerrogativas deverão ser assumidas pelos participantes do Programa:

4.5.1. Coordenadores dos Subprogramas :

- a) ser técnico do Núcleo de Educação Indígena
- b) ter comprometimento e interesse na elaboração de planejamento e execução das atividades de formação segundo a filosofia e expectativas do Programa;
- c) elaborar cronogramas dos cursos e dos estágios supervisionados, relatórios técnicos com sugestões, avaliação e propostas de continuidade dos cursos que fazem parte do Programa de Formação;
- d) ter disponibilidade e interesse em fazer parte da Coordenação Geral do Programa de Formação, atuando em parceria com o Consultor de cada um dos Subprogramas;

4.5.2. Consultores dos Subprogramas :

- a) ter comprometimento e interesse na elaboração de planejamento e execução das atividades de formação segundo a filosofia e expectativas do Programa;
- b) elaborar cronogramas dos cursos e dos estágios supervisionados, relatórios técnicos com sugestões, avaliação e propostas de continuidade dos cursos que fazem parte do Programa de Formação;

- c) ter disponibilidade e interesse em fazer parte da Coordenação Geral do Programa de Formação, atuando em parceria com o Coordenador de cada um dos Subprogramas;
- d) ter reconhecida experiência ou já atuar na área de educação escolar indígena.

4.5.3. Aos Professores-Docentes:

- a) ministrar disciplinas de acordo com suas especialidades e esclarecer os professores em formação e comunidades sobre a filosofia, metodologia e expectativas do Programa de Formação;
- b) comprometimento com a continuidade de atuação nas diversas etapas letivas em que sua área de conhecimento esteja envolvida e/ou indicar um substituto à altura em caso de impedimento;
- c) apresentar à Coordenação Geral do Programa de Formação o planejamento (conteúdos, carga horária, metodologias de ensino) de cada um dos módulos que ministrarão com antecedência de no mínimo 30 dias;
- d) apresentar à Coordenação Geral material didático para reprodução com antecedência mínima de 15 dias;
- e) elaborar relatório técnico ao final de cada módulo, contendo avaliação individual de cada professor-cursista;
- f) participar das reuniões para as quais for convidado pela Coordenação Geral;

4.5.4. Aos monitores

- a) participar assiduamente das etapas presenciais;
- b) cumprir rigorosamente o cronograma de visitas às escolas nas áreas indígenas durante o estágio supervisionado ;
- c) elaborar relatórios claros e objetivos sobre o desempenho didático-pedagógico do professor cursista;
- d) acompanhar e orientar os professores-cursistas no desenvolvimento de suas atividades, durante as etapas presencial e não-presencial;
- e) levar a Coordenação Geral as dificuldades e problemas encontrados no desenvolvimento do Programa de Formação

4.5.5. Os professores-cursistas:

- a) ter comprometimento e interesse (assiduidade, participação, etc) em cada etapa do projeto de formação;
- b) propiciar aos alunos da 1^a a 4^a série, simultaneamente a sua formação, condições de aprendizagem e interesse pela educação escolar indígena a partir da realidade que os cerca através do exercício da pesquisa e da criatividade;
- c) integrar a escola indígena à vida da comunidade, visando a construção coletiva do trabalho pedagógico, do planejamento e da condução do processo escolar indígena como um todo;
- d) lecionar de acordo com o calendário da escola indígena estabelecido em conjunto com a comunidade, subsidiado pelas Diretrizes Nacionais de Educação;
- e) registrar em diários o planejamento de suas aulas, os resultados alcançados e as dificuldades encontradas em suas atividades como professores em suas respectivas escolas;
- f) produzir materiais didáticos em parceria com os demais agentes envolvidos no Programa;
- g) entregar como produto da sua formação uma proposta curricular e administrativa para a escola indígena da qual faz parte contendo: sistemas de avaliação dos alunos; calendário; currículos e regimentos específicos que valorizem suas culturas, línguas e tradições (etnoconhecimentos medicinais, socioculturais, históricos, geográficos, artísticos, etc.), ao mesmo tempo que possibilitem um aprendizado simultâneo dos códigos não-nativos provenientes da educação escolar oficial.

4.5.5. As aldeias/comunidades/lideranças indígenas:

- a) estabelecer critérios para a avaliação do trabalho do professor e cobrar do mesmo: pontualidade, assiduidade, paciência e respeito com os alunos, participação do professor nas atividades culturais e políticas, etc;
- b) apoiar a execução do Programa integralmente.

4.6. Avaliação

O Programa de Formação dos Professores Indígenas do Amapá exige que seja planejado e avaliado com antecedência quais os conteúdos que serão transmitidos aos professores em formação em um determinado período de tempo.

Para que essa relação – entre conteúdos e tempo - possa ser articulada com sucesso é necessário que todos os participantes do Programa, antes de mais nada, tenham claro os seguintes questionamentos:

4.6.1. O que ensinar:

Definição das disciplinas e dos conteúdos curriculares a serem ministrados pelos professores formadores. Ver item Grade Curricular.

4.6.2. Quando ensinar:

Definição do calendário que contemple todas as etapas necessárias para a finalização do Programa de acordo com a distribuição programática dos conteúdos.

4.6.3. Como ensinar:

Refere-se a metodologia utilizada para que o processo de formação dos professores indígenas possibilite-lhes, ao longo do tempo, a implementação da escola indígena. O princípio geral é o de que os professores-docentes devam atuar como mediadores, orientadores e problematizadores quando ministrarem as disciplinas do Programa, possibilitando aos professores-cursistas a condição de sujeitos do processo de ensino-aprendizagem.

4.6.4. Como e quando avaliar:

A avaliação do professor indígena em formação deve se pautar por um processo dinâmico no qual seja diagnosticado os avanços e os obstáculos que o projeto apresenta, detectando as suas causas e propondo alternativas para eliminá-las. (capacidade de expressar-se oralmente e por escrito – nas línguas indígenas e portuguesa -, capacidade de observação, análise, registro, elaboração de trabalhos de pesquisa e material didático, etc). Caberá aos professores-docentes e aos monitores a avaliação do desempenho dos professores-cursistas, respectivamente nas fases presencial e não-presencial . Em outras palavras, a avaliação do professor indígena deve levar em conta não só seu desempenho nos cursos de formação, mas também seu desempenho enquanto educadores em suas respectivas salas de aula. Trata-se pois do ESTÁGIO SUPERVISIONADO, que faz parte da carga horária do Programa de Formação. É importante levar em conta que o processo de avaliação deve começar, na

medida do necessário ⁶, por um diagnóstico da condição de conhecimento de cada um dos professores-cursistas em formação, propiciando aos professores-docentes e aos monitores, um ponto de partida concreto e eficaz para as avaliações futuras. Recomenda-se que a avaliação se pautem pela identificação contínua das dificuldades apresentadas por cada professor em formação, para que se proponham a eles atividades específicas o que evitaria o acúmulo de tarefas não cumpridas. A avaliação final deve propiciar muito mais um diagnóstico geral da participação e do desempenho de cada um dos professores indígenas nas atividades exigidas no decorrer do projeto, evitando que se caia na frustrante dicotomia entre aprovados e reprovados. A avaliação deve ser vista não como um produto final do cursos de formação, mas sim como um processo contínuo e criativo que possibilite a todos os professores indígenas que tenham demonstrado comprometimento e interesse, a obtenção do magistério indígena. Em outras palavras, é bem provável que parte dos professores-cursistas consigam concluir as disciplinas das grades curriculares no tempo pré-determinado, enquanto outros encontrem maiores dificuldades para o cumprimento dos prazos. Daí a necessidade de que o Programa de Formação possibilite recuperações paralelas, que poderão ser ministradas pelos monitores sob orientação dos professores-docentes da disciplina em questão.

4.7. Avaliação dos cursos já realizados

O objetivo desta seção é o de fazer uma análise dos módulos já realizados do Projeto de Formação de Professores Índios – TURÉ, a partir do material existente no NEI (relatórios, documentos etc.). A análise será descritiva por etnia (disciplinas ministradas, conteúdos e carga horária) Do material existente, serão apresentadas por etnia as cargas horárias e ementas das disciplinas ministradas nas etapas já realizadas do Programa de Formação até aqui.

Ao final da seção, indica-se para aprovação dos demais setores envolvidos (CEE; setores da SEED), a carga horária por disciplina que deve ser incorporada ao processo de formação dos professores-cursistas por subprograma.

⁶ Em alguns casos, dependendo da etnia e da disciplina, este diagnóstico já foi efetuado pelos técnicos do NEI nas etapas anteriores do Turé.

APARAI e WAYANA

Período: 17 a 29/ 08/1998

Local: Aldeia Bona

Número de alunos: 19

Disciplinas

Matemática: 18 a 20/08/1998

- Conteúdos trabalhados: numerologia (origem e representação); números naturais; conjuntos; múltiplo de um número; operações (adição, subtração e multiplicação); medidas de temperatura; medidas de comprimento, medidas de massa, medidas de volume; geometria (uma visão geral).

Geografia: 21 a 14/08/1998

- Temas trabalhados: cosmovisão; o que é geografia; a criação do mundo e do homem (para os Wayana/Aparai e para os Waiãpi); planeta Terra (livro de mapas do território Waiãpi; globo terrestre; mapa mundi – continentes, países e respectivas capitais); pontos cardeais (e rosa dos ventos); o homem e seu espaço (espaço natural, espaço geográfico); recursos naturais (conceito, importância e utilização); bens renováveis e não renováveis;

Observações feitas pelo professor: muitos dos alunos tiveram grandes dificuldades, principalmente no que se referia à leitura, interpretação e produção de textos.

História: 25 a 27/08/1998

Diagnóstico

Ciências Naturais: Fase diagnóstica

Temas trabalhados: o índio e seu ambiente; o índio e sua saúde.

GALIBÍ-MARWORNO

Período: 22/06 a 02/07/98

Local : Aldeia Kumarumã

Número de alunos: 25

Disciplinas

Matemática

Conteúdo trabalhado: numerologia (origem e representação); sistemas operacionais (adição, subtração, multiplicação e divisão); conjuntos; porcentagem, juros e comercialização; geometria (noções iniciais; oficina: reconhecer e entender o processo

de cálculo de áreas de figuras geométricas); estatística (noções básicas; compreensão de pesquisas estatísticas).

Geografia

Conteúdo trabalhado: corpos celestes, terra, divisão política. Américas (anglo-saxônica e latina – formação dos povos, línguas). Divisão do Brasil em três partes⁷ e trabalho de pesquisa em grupo (línguas indígenas faladas em cada estado). Homem e meio-ambiente (especificando a região do Oiapoque) – foi levada uma foto de satélite da região, mas os professores índios não reconheceram suas regiões na foto⁸. Recursos naturais e sua importância. Os donos da terra (reserva Uaçá, o que é a Constituição Federal, textos sobre história)⁹

Comentários: este caminho pode não trazer resultados. Partir inicialmente do que são corpos celestes (na visão do não índio) exige um conhecimento que podem não ter. Talvez, partir do próprio lugar, sua aldeia, sua área, para uma visão mais abrangente seja mais produtivo.

História

O curso foi interrompido por uma série de questionamentos:

1. Se ao final do curso os alunos teriam direito a um diploma;
2. Qual seria a validade do diploma e se teria validade nacional;
3. Se com o diploma poderiam ingressar em universidade e em quais;
4. Se o projeto foi aprovado pelo Conselho Regional de Educação;
5. Por que os conteúdos eram muito fáceis;
6. Por que os conteúdos eram voltados para a história local;
7. Desejavam a inclusão de outras disciplinas – Biologia, Química e Física.

Física

Fase Diagnóstica

⁷ Não há menção do porque da escolha de se dividir o Brasil em três partes e quais seriam elas.

⁸ Poderia ter optado por explorar inicialmente o conhecimento prévio dos professores índios sobre os recursos hídricos da região, antes de se trabalhar a foto de satélite.

⁹ Para maior detalhamento, ver objetivos específicos e conteúdos apresentados no relatório.

KARIPUNA

Período: 15 a 24/08/1998

Local: Aldeia Santa Isabel

Número de alunos: 30

Disciplinas

Língua Portuguesa: Fase Diagnóstica

Conteúdos trabalhados: expressão oral (leitura, entonação, tipos de frases, diálogos – observando a fala dos alunos); classes de palavras (substantivos e adjetivos); classes de palavras (conjunções - coordenativas¹⁰); classes de palavras (verbos – modo e tempo: noções; não se trabalhou imperativo); verbos (tempo composto – mais utilizado na fala que as formas simples); sujeito e predicado, concordância verbal, conjugação do verbo *ir* (pretérito imperfeito do indicativo)¹¹; noções de coesão textual (aplicar os conteúdos aos textos produzidos); discurso direto e indireto, diálogo e produção de texto¹².

Ciências Naturais: Fase diagnóstica

Temas trabalhados: o índio e seu ambiente; o índio e sua saúde.

Geografia: Fase diagnóstica

Conteúdos trabalhados: o que é geografia e seu objetivo; o que é universo¹³; o que é galáxia (e se a lua tem luz própria); leitura de um texto que tratava da cosmovisão indígena Tupinambá¹⁴; espaços indígenas (vegetação que os cerca - através de textos e desenhos); lista de palavras em patoá e em português sobre tipos de vegetação; relevo (construção de maquetes com materiais existentes na aldeia – argila, pedra, areia); clima. Anexo: textos em português e em patoá. Análises críticas feitas pelo professor: o trabalho de coleta de dados na escola só pode ser feito com trabalhos extra-classe, mesmo assim as fontes são poucas. Tentou-se elaborar um texto sobre a cosmovisão Karipuna a respeito do universo, mas não foi possível elaborá-lo. Apesar disto, há a observação para se voltar à aldeia e trabalhar o texto, já que a coleta de

¹⁰ Há uma observação do professor para que se volte a este assunto, mas com cautela, já que o assunto não foi abordado de forma a classificar os tipos de conjunções, mas de forma a fazer o aluno entender a idéia contida no conectivo.

¹¹ Todos estes conteúdos foram trabalhados em 4 horas/aula

¹² No relatório só estão anexadas as avaliações. Não há nada das atividades desenvolvidas.

¹³ Já que os Karipuna têm duas concepções de universo (das crianças e dos adultos), tentou-se indagar sobre o que são corpos celestes, astros, planetas, cometas e estrelas, de acordo com a concepção indígena. É possível resgatar a concepção indígena a partir de categorias do não índio?

¹⁴ Não há referência exata sobre o texto.

dados foi muito rica (depois de se ter o texto, poderia trabalhá-lo com outras etnias e vice-versa).

Matemática

Conteúdos trabalhados: numerologia (origem e representação); as 4 operações fundamentais no conjunto dos números naturais e no conjunto dos números fracionados¹⁵; geometria (uma visão geral).

PALIKUR

Período: 08 a 10/11/1998

Local: Aldeia Kumenê

Número de alunos: 19

Disciplinas

Matemática

Conteúdos trabalhados: numerologia (origem e conjuntos numéricos); medidas; construindo a geometria (uma visão geral).¹⁶

Ciências Naturais: Fase Diagnóstica

Conteúdos trabalhados: a sociedade palikur e seu ambiente e a sociedade Palikur e a sua saúde.

WAIÃPI

A situação dos professores índios Waiãpi em formação é bastante distinta dos demais professores pertencentes às outras etnias contempladas com o Programa de Formação. Como visto anteriormente, o Centro de Trabalho Indigenista (C.T.I), em parceria com o NEI, vem formando 11 (onze) professores Waiãpi continuamente desde 1998. Para tanto, conta com uma equipe de assessores especializados em cada disciplina. Diferentemente dos demais subprogramas, que não tiveram continuidade ou que ainda nem começaram, a carga horária e conteúdos já ministrados no subprograma Waiãpi devem ser incorporados na íntegra na grade curricular do Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá.

Resumo das Etapas Realizadas até Março de 2000

¹⁵ Sobre o anexo: faz-se necessário questionar a adequação dos exercícios de frações, quanto aos conhecimentos de mundo exigidos e/ou adequação do contexto cultural (viagens espaciais, por exemplo).

¹⁶ Sobre o anexo: faz-se necessário questionar a adequação dos exercícios de frações, quanto aos conhecimentos de mundo exigidos e/ou adequação ao contexto cultural (viagens espaciais, por exemplo).

Cursos realizados: 4

Carga horária ministrada: 636 hs./aula

Disciplinas ministradas: Línguas/Português, Línguas/Dicionário, Matemática, Ciências Naturais, História/Geografia e Prática de Ensino.

Professores-docentes : Ângela Rangel (bacharel em Ciências Sociais), Dafran Macário (licenciado em Ciências Biológicas), Dionizio B. de Souza (mestrando em Lingüística), Dominique Gallois (doutora em Antropologia), Juliana Rosalen (bacharel em Ciências Sociais), Lílian A. dos Santos (mestranda em Lingüística), Lúcia Szmrecsányi (bacharel em Ciências Sociais), Sílvia L. Tinoco (mestranda em Antropologia), Waldemar Ferreira Netto (doutor em Lingüística).

Alunos inscritos: Aikyry Waiãpi (aldeia Mariry), Japarupi Waiãpi (aldeia Manilha), Kaitona Waiãpi (aldeia Ytuwasu), Makarato Waiãpi (aldeia Taitetuwa), Moropi Waiãpi (aldeia Ytuwasu), Parara Waiãpi (aldeia Aramirã), Paturi Waiãpi (aldeia Ytuwasu), Seki Waiãpi (aldeia Aramirã), Tapenaiky Waiãpi (aldeia Mariry), Taraku'asi Waiãpi (aldeia Mariry) e Viseni Waiãpi (aldeia Aramirã).

I Curso - julho de 1998

Período: 05 a 22 de julho de 1998

Local: Casa do CTI e do APINA - Macapá

Carga Horária Total: 200 hs./aula

(além de aulas nos períodos da manhã e da tarde, foram realizadas atividades no período noturno)

Comparecimento: 10 alunos (não compareceu Japarupi Waiãpi)

Disciplinas Ministradas (Professor Responsável, Carga Horária e Conteúdo):

- Línguas/Português (prof. Waldemar Ferreira Netto, 50 hs./aula)
Conteúdo
 - Sujeito, objeto e complemento circunstancial
 - Discurso direto e discurso indireto
- Matemática (prof^a. Sílvia Lopes Tinoco, 50 hs./aula)
Conteúdo

- Revisão: problemas envolvendo multiplicação e subtração
- Revisão do conceito de fração
- Soma de frações
- Revisão do conceito de porcentagem
- Problemas envolvendo porcentagem
- História/Geografia (prof^a. Dominique T. Gallois, 50 hs./aula)
 - Conteúdo
 - Noções básicas de localização espacial
 - Posição étnica, posição política e nacionalidade
 - Os povos indígenas no Brasil e no mundo
 - Diferentes maneiras de contar histórias: gêneros, calendários e versões
 - A história dos índios vista pelos não índios: fontes
 - A história dos índios vista pelos não índios: livros didáticos de História do Brasil
- Ciências Naturais (prof. Dafran Macário, 50 hs./aula)
 - Conteúdo
 - O meio ambiente na T. I. Waiãpi
 - A noção de ambiente
 - A importância do ambiente
 - Formas de conhecimento dos ambientes
 - O manejo dos ambientes
 - A preservação do meio ambiente

II Curso - Dezembro de 1998

Período: 5 a 20 de dezembro de 1998

Local: Aldeia Aramirã - Terra Indígena Waiãpi

Carga Horária Total: 154 hs./aula*

(aulas nos períodos da manhã e da tarde)

Comparecimento: 10 alunos (não compareceu Viseni Waiãpi)

Disciplinas Ministradas (Professor Responsável, Carga Horária e Conteúdo):

- Línguas/Português (prof^a. Lílian A. dos Santos, 30 hs./aula)

Conteúdo

* Cada hora/aula corresponde a 50 minutos

* Cada hora aula corresponde a 50 minutos

- Oralidade e escrita na produção de textos
- O uso dos complementos circunstanciais
- O uso dos sinais de pontuação
- Diferentes formas de escrita e diferentes formas de alfabeto
- Metodologia da alfabetização: planejamento e registro das aulas
- Matemática (prof^a. Sílvia Lopes Tinoco, 24 hs./aula)
 - Conteúdo
 - Revisão: frações
 - Revisão: porcentagem
 - Metodologia do Ensino da Matemática: uso do ábaco e sistema decimal
- História/Geografia (prof^a. Dominique T. Gallois, 35 hs/aula)
 - Conteúdo
 - Revisão: diferentes maneiras de contar histórias
 - História indígena e história do Brasil
 - História e território do povo Waiãpi
 - A diversidade dos povos indígenas
 - História do indigenismo no Brasil
 - Divisões naturais e políticas (continente, país, estado, município, terra indígena)
 - Os índios no estado do Amapá
- Ciências Naturais (prof. Dafran Macário, 35 hs./aula)
 - Revisão do conteúdo do curso anterior
 - O manejo da roça waiãpi
 - Preservação, conservação, transformação e destruição dos ambientes
 - Manejo e "conhecimento tradicional"
 - Grandes ambientes "naturais" do mundo
 - Grandes ambientes "naturais" do Brasil
- Línguas/Dicionário (prof^{as}. Lilian A. dos Santos e Juliana Rosalen, 30 hs./aula)
 - Tradução de conceitos culturais
 - Sinônimos versus explicações
 - Padrões de produção de textos escritos
 - Diferenças nas concepções de saúde/doença dos Waiãpi e dos não índios

III Curso - Abril e Julho de 1999

Observação: as aulas de Línguas/Português e a segunda oficina de Produção de Material Didático foram dadas separadamente das demais disciplinas, mas consideramos este evento como complementação da etapa realizada em abril

Períodos: 1 a 11 de abril e 5 a 10 de julho de 1999

Locais: Aldeia Aramirã - Terra Indígena Waiãpi (abril) e Casa do CTI e do APINA - Macapá (julho)

Carga Horária Total: (100 + 58 =) 158 hs./aula*

(aulas nos períodos da manhã e da tarde)

Comparecimento: 11 alunos em abril, 9 alunos em julho (Kaitona Waiãpi e Paturi Waiãpi não compareceram às aulas de Língua Portuguesa e Prática de Ensino II)

Disciplinas Ministradas (Professor Responsável, Carga Horária e Conteúdo):

- Matemática (prof^a. Sílvia L. Tinoco, 34 hs./aula)

Conteúdo

- Revisão: porcentagem em seus vários usos
- Revisão: uso do ábaco em sala de aula
- Introdução às figuras geométricas
- Áreas e volumes de figuras geométricas
- Problemas relacionando noções geométricas e porcentagem

- História/Geografia (prof^a. Dominique T. Gallois, 26 hs./aula)

Conteúdo

- Unidades e divisões geográficas, políticas e ambientais
- Fontes para a história indígena do Amapá
- A trajetória dos Waiãpi no tempo e no espaço
- Periodização da história do Brasil indígena

- Ciências Naturais (prof. Dafran Macário, 26 hs./aula)

Conteúdo

- Revisão do conteúdo dos cursos anteriores
- Recursos naturais renováveis e não-renováveis
- Tipos de relevo
- Tipos de vegetação
- O contato intercultural e o uso dos ambientes

* Cada hora/aula corresponde a 50 minutos

- Marcadores de ambientes e processos ecológicos
- Prática de Ensino/Produção de Material Didático I (profs. Dafran Macário, Lúcia Szmrecsányi, Dominique T. Gallois e Juliana Rosalen, 14 hs./aula) – 2 turmas
 Conteúdo
 - Produção de dois livros de leitura para a alfabetização em Waiãpi
 - Metodologia da alfabetização: ensinando a ler e interpretar textos
 - Introdução de conteúdos de História e Geografia nas escolas waiãpi
 - Discussão sobre a normatização da escrita waiãpi
- Línguas/Português (prof. Waldemar Ferreira Netto, 29 hs./aula)
- Prática de Ensino/ Produção de Material Didático II (profs. Waldemar Ferreira Netto e Ângela A. Rangel, 29 hs./aula)

IV Curso - Dezembro de 1999

Período: 29 de novembro a 13 de dezembro de 1998

Local: Aldeia Aramirã - Terra Indígena Waiãpi

Carga Horária Total: 124 hs./aula*

(aulas nos períodos da manhã e da tarde)

Comparecimento: 11 alunos

Disciplinas Ministradas (Professor Responsável, Carga Horária e Conteúdo):

- Línguas/Dicionário (prof^{as}. Lílian A. dos Santos e Juliana Rosalen, 38 hs./aula)
 Conteúdo
 - Conceção waiãpi de saúde e ausência de saúde
 - Conceção waiãpi de remédio
 - Produção de textos
- Prática de Ensino/Produção de Material Didático (profs. Dionizio B. de Souza e Lúcia Szmrecsányi, 38 hs./aula)
 Conteúdo
 - Início da produção de uma nova cartilha de alfabetização em Waiãpi
 - Metodologia de alfabetização: etapas do aprendizado
 - Metodologia de alfabetização: letra, sílaba, palavra, frase
 - Discussão sobre a normatização da escrita waiãpi

* Cada hora/aula corresponde a 50 minutos

- Ciências Naturais (prof. Dafran Macário, 48 hs./aula)

Conteúdo

- Exploração de recursos naturais e transformações ambientais
- Os ambientes transformados pelos não-índios
- A vida nas cidades e a origem dos recursos naturais
- Fontes de energia
- Tratamento e distribuição de água
- Modelos de desenvolvimento e problemas ambientais correlatos

Observações:

1. A formação dos professores waiãpi foi iniciada pelo Programa de Educação do Centro de Trabalho Indigenista / CTI em 1992, passando a se inserir no Programa Turé de Formação em Magistério Indígena da Secretaria Estadual de Educação do Amapá apenas em julho de 1998. Até esta data, haviam sido realizadas 12 etapas do curso de formação, constituídas pelas disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Prática de Ensino. A atuação dos professores waiãpi em sala de aula iniciou-se logo após os primeiros cursos, sendo periodicamente supervisionada pela equipe de formadores (esta supervisão foi interrompida entre 1997 e 1998, em função de uma decisão judicial liminar que impediu o ingresso dos assessores do CTI na área indígena, e retomada em 1999, a partir de nova decisão judicial de 04/98).

2. A divisão dos conteúdos em disciplinas tem um caráter artificial e a nomenclatura por nós utilizada é somente indicativa. Conteúdos de Prática de Ensino, por exemplo, perpassam o ensino de Línguas e de Matemática. Damesma forma, a disciplina Línguas/Dicionário inclui conteúdos de Ciências (concepções a respeito do corpo humano e de saúde/doença) e a disciplina Prática de Ensino inclui elementos de Línguas (grafia da língua Waiãpi, tradução de conceitos, etc.).

3. A supervisão das atividades docentes dos professores waiãpi no quadro do programa de Formação em Magistério Indígena foi iniciada por nós em junho de 1999, mas como não foi possível acompanhar o trabalho de todos os professores durante o mesmo período de tempo, optamos por começar a computar a carga horária desta supervisão apenas a partir de fevereiro de 2000.

No quadro a seguir está indicado a carga horária já realizada por área de conhecimento nos respectivos subprogramas:

Area de Conhecimento	Subprograma Oiapoque	Subprograma Waiãpi	Subprograma Tumucumaque
Línguas		177 h/aula	
Ciência Matemáticas e Naturais		267 h/aula	
Ciências Sociais		111 h/aula	
Formação Específica		-	
Estágio Supervisionado		81 h/aula	

5. Regulamentação do Programa de Formação

5.1. Critérios para a escolha dos professores cursistas

- devem ser escolhidos pelas suas comunidades/aldeias;
- devem possuir um conhecimento mínimo da língua portuguesa, que lhes permita falar, escrever e entender o português;
- devem lecionar nas escolas das aldeias (exigência básica);
- a continuidade da participação do professor nos cursos de formação deve ser avaliada e legitimada (ou não) pelas suas respectivas comunidades, de acordo com critérios acordados entre as partes envolvidas na consecução do Programa;

5.2. Carga Horária Total

O Programa de Formação de Professores Indígenas do Amapá totalizará ao seu término **2.880 h/aula de etapa presencial** e **300 h/aula de etapa não-presencial** ou estágio supervisionado.

5.3. Certificado de Conclusão

O professor-cursista, uma vez que tenha cumprido toda a carga horária e obtido aprovação, obterá o diploma de professor indígena, ingressando automaticamente na carreira de magistério indígena, estando apto oficialmente a lecionar nas escolas indígenas com alunos de pré-escolar e de 1a. a 4a. O certificado de conclusão será emitido oficialmente pela Coordenação Geral do Programa.

5.4. Local

A ser definido junto às comunidades e parceiros do Programa de Formação

5.5. Matrícula

Serão matriculados todos os professores indígenas que atuam em sala de aula que demonstrem interesse em participar do Programa de Formação.

5.6. Permanência

- é obrigatório que os professores em formação tenham um mínimo de frequência (75%);
- é obrigatório a atuação dos professores em suas respectivas salas de aula
- é obrigatório a elaboração e apresentação dos trabalhos de pesquisa solicitados por disciplina;
- no caso de falta do cursista é necessário que se planeje a recuperação dos conteúdos perdidos antes que se inicie o próximo curso do Programa.

5.7. Documentação para a matrícula

- ficha de matrícula (anexo)
- documento de identidade (ou similar)
- uma foto 3x4
- assinatura de documento em que o professor cursista se compromete a cumprir as exigências do Programa (anexo)

5.8. Documentação para avaliação final

- ficha de Acompanhamento e Avaliação (conforme anexo).
- textos e material didático produzido pelos professores indígenas
- trabalhos de pesquisa
- diários de classe
- relatórios dos consultores, coordenadores e monitores
- ficha de frequência

5.9. Parcerias

O Programa será executado em parceria com as organizações indígenas, com a Fundação Nacional do Índio, com as organizações não-governamentais de apoio aos índios que atuam no Estado, com universidades, com o MEC, etc.

5.10. Conselho Estadual de Educação

Será imprescindível que a Coordenação Geral do Programa de Formação faça gestões junto ao Conselho Estadual de Educação do Amapá para o reconhecimento e aprovação da Grade Curricular do Programa .

6. Áreas de Conhecimento, Disciplinas, Grade Curricular e Ementas

6.1. Temas Geradores

- a) gerenciamento e controle de território;
- b) afirmação da identidade étnica , manutenção e revitalização da cultura e da língua materna;
- c) articulação entre as atividades de subsistência e a preservação e utilização sustentável de seus recursos naturais, ou seja, uma formação voltada para a educação ambiental;
- d) sobrevivência econômica diante das necessidades derivadas do contato interétnico;
- e) (re) conhecimento da organização política local, nacional e internacional;
- g) articulação de uma educação voltada para a saúde.

6.2. Produção de Material Didático

Durante as etapas intensivas e de acompanhamento pedagógico (estágio supervisionado) deverão ser elaborados materiais didáticos pelos professores-cursistas, com a assessoria dos monitores, consultores e coordenadores do Programa. Estes materiais pretendem suprir a ausência de materiais didáticos que contemplem a especificidade cultural das escolas indígenas. Após cada etapa intensiva sugere-se que sejam organizados pela equipe livros nas línguas indígenas e na língua portuguesa. Esses materiais deverão ser xerocados para uso dos professores na escola, passando por revisões a partir de seu uso pedagógico, até que sejam considerados pelos professores cursistas e a Coordenação Geral prontos para publicação. A intenção será

a de encaminhar estes materiais para a Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas do MEC, procurando viabilizar a sua publicação, com o apoio do PNUD. Outros materiais, como livros e mapas, em especial produzidos por outros programas de educação escolar indígena deverão ser adquiridos para as bibliotecas das escolas nas áreas indígenas. As oficinas de produção de material didático farão parte de todas as disciplinas e a carga horária para essa tarefa será computada como h/aula.

6.3. Grade Curricular

Áreas de Conhecimento	Carga Horária horas/aula	Módulos Quantidade	Disciplinas
Línguas	800	10	- Língua Portuguesa - Língua Indígena - Metodologia de Ensino de Línguas
Ciências Sociais	800	10	- História - Geografia - Metodologia de Ensino de História e Geografia
Ciências Matemáticas e Naturais	800	10	- Matemática - Ciências - Metodologia de Ensino de Matemática - Metodologia de Ensino de Ciências
Formação Específica	480	6	- Noções de Antropologia - Noções de Sociolinguística - Métodos de Pesquisa - Didática - Estrutura e Funcionamento de Ensino
Estágio Supervisionado	300	-	- Prática de Ensino I e II
	3.180	36	

6.4. Ementas das Áreas de Conhecimento e das Disciplinas de Formação Específica

As ementas que se seguem devem ser vistas como um roteiro de orientações temáticas básicas para o auxílio dos professores-docentes e dos professores cursistas nos sucessivos cursos do Programa de Formação. Nesse sentido, as ementas não devem ser vistas como um programa de conteúdos fechados a ser cumprido

rigorosamente, mas sim, como orientações que demarcam em linhas gerais o processo de ensino-aprendizagem que constitui o grade curricular do Programa de Formação. É fundamental que todos os agentes envolvidos no Programa de Formação (professores-docentes, professores-cursistas, monitores, consultores e coordenadores) subsidiarem-se - ou virem a se subsidiar (apenas no caso dos professores-cursistas) – nos **Referenciais Curriculares Para as Escolas Indígenas (RCNEI)**, matriz básica das ementas que se seguem.

6.4.1. ÁREA DE CONHECIMENTO: LÍNGUAS

O trabalho com línguas engloba dois momentos: a língua indígena ou materna¹⁷, que é a língua falada pelo grupo, e a língua portuguesa. A língua materna, via de regra, não tem tradição de escrita e durante muito tempo foi desconsiderada na escola de concepção integracionista. Porém, os resultados nos mostra que a ausência dela na escola dificulta imensamente o processo da alfabetização, já que as crianças se vêem obrigadas a adquirir a escrita de uma língua que não dominam (no caso, o português). Neste sentido é que deve ser visto o trabalho a língua materna, voltado principalmente para o trabalho de alfabetização, embora seja preciso, para se conseguir este resultado, passar por várias etapas de análise e reflexão da própria língua.

O português deve ser trabalhado, também, pois é a língua da sociedade envolvente e os povos buscam o diálogo com esta sociedade. Não faz sentido uma escola que se encerre na sociedade indígena, mas sim uma que propicie este diálogo. Para tanto, o português deve ser encarado como uma segunda língua (e todo o trabalho a ser desenvolvido no curso deve partir desta concepção), que tem o seu lugar, mas que não se sobrepõe à língua materna.

Estes momentos de estudo lingüístico não são estanques, pois promover a reflexão sobre uma língua, seja ela a materna ou o português, pode tornar instrumento ou incentivo para comparações e análises da outra. Além dos momentos específicos de estudo das línguas, em todas as disciplinas deve-se incentivar os professores indígenas a produzir textos nas línguas indígenas e na língua portuguesa.

¹⁷ Utilizamos este termo no sentido amplo (não considerando apenas a língua transmitida pela mãe do falante) por julgarmos mais adequado, já que o termo língua indígena não se aplica a dois povos do Amapá que não falam mais a língua indígena, mas também não adotaram o português como primeira língua. Os Karipuna e Galibi Marworno utilizam o *patois* francês como língua materna e necessitam, portanto, da mesma concepção de trabalho com a língua neste Projeto que outros povos que mantêm suas línguas.

6.4.1.1. DISCIPLINA: LÍNGUA INDÍGENA

As línguas indígena são de tradição oral. A escola, que vem de povos com tradição escrita, não deve se chocar com a realidade indígena. Portanto, a reflexão sobre a oralidade, como instrumento fundamental para a transmissão de valores e conhecimentos, deve ser desenvolvida durante os módulos de língua indígena, valorizando e reafirmando, assim, a importância da oralidade em todas as suas manifestações (uso cotidiano, discursos formais e cerimoniais, narração de história etc)

Há determinados espaços ou momentos nas comunidades para a transmissão de conhecimentos orais que está fora da escola. Entretanto, seguindo a concepção deste projeto, o trabalho com a oralidade pode ser inserido na escola, promovendo a participação de membros da comunidade, conhecedores da língua e da tradição (narradores de histórias, pajés, cantadores, especialistas diversos). Espera-se que o debate sobre a educação escolar se amplie entre as lideranças e comunidades, para que possam trocar as diferentes experiências de integração entre a escola e a comunidade, como mais um espaço de valorização e transmissão dos conhecimentos tradicionais.

Além disto, deve-se desenvolver a reflexão metalingüística sobre as línguas indígenas nos diferentes níveis (fonologia, gramática, léxico, semântica, discurso), visando propiciar o uso dessas línguas nos distintos campos de conhecimento e contextos sociais, para que os professores cursistas sejam instrumentalizados para o trabalho com a língua materna e, conseqüentemente, estejam mais aptos para o trabalho de alfabetização nesta língua.

Assim, o desenvolvimento e sedimentação do sistema de escrita da língua materna propiciará seu uso no processo educacional, em todas as disciplinas do currículo escolar; como instrumento de expressão, de comunicação e de criação, nos novos contextos; como instrumento para desenvolver a autoconfiança, a auto-estima e valorização da língua e como instrumento para a documentação do saber indígena.

Etapas em desenvolvimento no estudo das línguas indígenas e perspectivas de continuidade do trabalho:

a) Elaboração de Alfabeto: os alfabetos da maioria das línguas indígenas dos povos do Amapá já estão em maior ou menor grau sedimentados, dependendo da história de

cada povo com relação à escrita. Apesar disto, os alfabetos podem vir a sofrer alterações a partir da prática da escrita e do amadurecimento dos professores com relação à reflexão sobre a própria língua. Cabe ressaltar, ainda, que há algumas línguas como o Kaxuyana e Wayana que necessitam de atenção especial no que tange à utilização na escola, já que são pouco utilizadas em detrimento ao Tiriyo e Aparai. Neste processo, é fundamental a participação de um lingüista que acompanhe cada grupo e o auxilie.

b) Discussões sobre ortografia, reflexão sobre as diferenças entre texto oral e escrito, estudo das regras de pontuação. O trabalho com a ortografia ultrapassa a simples escolha de alfabetos e exige um estudo mais profundo da língua, envolvendo a morfologia, a gramática, o léxico, a semântica, o discurso.

c) Desenvolvimento das capacidades de expressão e compreensão oral, de leitura e produção de diversos tipos de textos. Ainda é reduzido o número de materiais escritos nas línguas indígenas. Podemos afirmar que existe uma literatura “emergente”, com textos produzidos pelos professores indígenas, a maioria tratando de narração de situações vividas no cotidiano ou textos descritivos (sobre animais, sobre festas, trabalhos na roça ou de confecção de artesanato, por exemplo). É importante que nos momentos de língua indígena se incentive a documentação de histórias tradicionais contadas pelos mais velhos através do registro escrito da narração ou através da transcrição de fitas gravadas. Ao final dos cursos, os textos escritos, seja como resultado do trabalho coletivo dos professores cursistas, seja como resultado de pesquisas individuais destes, podem ser compilados em materiais de alfabetização e leitura. É objetivo primordial deste projeto estimular e apoiar o surgimento de novos livros nas línguas indígenas, produzidos pelos professores cursistas.

A produção de material na língua não deve se restringir a esta área e sim ser incentivada em outras áreas como Ciências, História, Geografia, Matemática etc.

d) Utilização da língua indígena em novos contextos, como instrumento de criação e transmissão de conhecimentos. A assessoria lingüística deve desenvolver um trabalho no sentido de conscientizar os professores indígenas sobre os diferentes mecanismos usados pelos falantes na criação de novos termos, ou na revitalização de termos em situação de desuso, através da pesquisa junto aos mais velhos. Este trabalho envolve a

elaboração de terminologias específicas e desenvolvimento de estilos, que permitam o uso das línguas para tratar os conteúdos do currículo, bem como as novas situações decorrentes do contato. Para isso, podem ser desenvolvidas as seguintes estratégias (de acordo com Jung e Lopez, 1989 -Lima, Peru):

- Recuperação de vocábulos a partir de pesquisas com os mais velhos e sobre áreas do conhecimento tradicional.
- Criação de novos vocábulos a partir de recursos da própria língua.
- Recurso a empréstimos, com a devida adaptação fonológica.

Durante o estudo da língua materna, estas questões devem ser trabalhadas com os professores indígenas, como parte de sua formação enquanto pesquisadores da própria língua.

e) Desenvolvimento de estratégias específicas para o estudo, documentação, ensino e valorização da língua indígena, nas situações em que ela já se tornou uma segunda língua (Galibi do Oiapoque).

Ao final de cada módulo de Língua Indígena, é fundamental que os conteúdos trabalhados nos módulos possam ser sistematizados e organizados possibilitando, assim, a produção de material(is) didático(s) a serem utilizados em sala de aula pelo professor. Esta produção deve ser coletiva.

6.4.1.2. DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

O domínio da língua portuguesa é importante fator de equilíbrio da relação assimétrica entre as sociedades indígenas e a sociedade envolvente, uma vez que a discriminação e o preconceito se apóiam na falta de competência comunicativa nas diversas situações de interação que ocorrem, desde as mais corriqueiras até as de maior formalidade (encontros com autoridades públicas e outras). O trabalho com a língua portuguesa deve objetivar não só o domínio desta língua mas também a conscientização dos aspectos de interferência da língua materna sobre o português; a relação entre língua padrão e variedades lingüísticas (características e contexto de uso da língua padrão e características de variedades da língua portuguesa dos falantes indígenas e não indígenas); a reflexão metalingüística necessária ao trabalho docente, dando-se, sempre que possível, sobre a prática discursiva oral e escrita dos professores em formação, à medida em que for necessário promover esta reflexão.

Etapas em desenvolvimento no estudo da língua portuguesa e perspectivas de continuidade do trabalho:

- a) Competência comunicativa em língua portuguesa através da conversação/exposição oral, leitura e produção de textos de diferentes tipos.
- b) Competência comunicativa na modalidade oral de uso da língua portuguesa e seus diferentes graus de formalidade, através da reprodução/dramatização de situações de uso mais freqüentes.
- c) Detectar as dificuldades específicas do falante de português como segunda língua, conhecidas através de atividades de conversação, leitura e produção de textos.
- d) Enfatizar a leitura e compreensão de textos, utilizando-se dos mais diversos tipos de textos (jornalístico, dissertativo, narrativo etc), desenvolvendo uma capacidade de conhecimento crítico através destes.
- e) Estrutura e organização de vários tipos de texto: narração, descrição, relatório, texto científico, poesia, prosa literária, textos publicitários, leis/decretos, cartas/cartões/bilhetes, convites, correspondência oficial, letras de música etc.
- f) A escrita como prática de sistematização de atividade de pesquisa.
- g) As funções sociais da linguagem oral e da escrita.
- h) A importância social da leitura. Deve-se enfatizar estratégias de leitura e compreensão de textos, para que os professores indígenas tornem-se leitores críticos e maduros, bem como capacitados para desenvolver estas estratégias junto aos seus alunos.
- i) Durante o processo de formação, deve-se desenvolver as seguintes estratégias:
 - Inferência do significado das palavras e do conteúdo.
 - Desenvolvimento de velocidade na leitura.

- Identificação de opiniões e posicionamento.
- Habilidades de localização de itens em textos que envolvam listagens (dicionários, listas telefônicas etc).

j) Ao final de cada módulo de Língua Portuguesa, é fundamental que os conteúdos trabalhados nos módulos possam ser sistematizados e organizados possibilitando, assim, a produção de material(is) didático(s) a serem utilizados em sala de aula pelo professor. Esta produção deve ser coletiva e voltada para as modalidades oral e escrita da língua portuguesa.

6.4.1.3. METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUAS

Os objetivos e temas de estudo descritos se aplicam no ensino das línguas indígenas e língua portuguesa. Envolvem as questões relativas à oralidade, escrita, leitura e produção de textos.

Objetivos:

- a) Desenvolver a reflexão de que, no processo de aprender a ler e escrever, a ênfase deve estar desde o início na construção do significado, ou seja, as habilidades de decodificação são necessárias, mas não são suficientes para definir o processo de leitura e escrita. Ao mesmo tempo, deve-se refletir sobre a necessidade do processo de alfabetização estar orientado por temas que façam parte da realidade e do contexto sociocultural de seus alunos. Os professores indígenas devem ser capacitados para serem alfabetizadores, numa perspectiva que considere tanto o processo de aquisição da base alfabética, quanto a aproximação e o uso sistemático de diferentes tipos de textos.
- b) Promover o estudo da evolução da escrita ao longo da história da humanidade e a evolução da escrita das pessoas que iniciam o processo de alfabetização, explicitando que esse processo implica em uma construção e não se reduz a um aprendizado mecânico de um código.
- c) Trabalhar a questão do conceito de “erro”/hipótese, tanto no processo de aquisição da escrita quanto no processo de aquisição da língua dominante, constituinte do processo de desenvolvimento cognitivo, que leva à concepção da participação ativa do discente, anulando uma pedagogia mecanicista de “correção” das explorações

tentativas do discente. O conceito assimila as estratégias cognitivas de cada sujeito na construção/sistematização de conhecimentos no espaço de trânsito intra e intercultural. Promover, ainda, a reflexão sobre a importância da interação entre os alunos na construção do conhecimento.

d) Promover a reflexão sobre a importância da manutenção da tradição oral (no caso do ensino da língua materna), através de narrativas de histórias dentro da escola, que pode ser realizada pelo professor e por outras pessoas da comunidade. É de extrema importância promover a reflexão sobre a importância da cultura oral acumulada para o processo de alfabetização, utilizando nas aulas tanto a transmissão oral quanto registros escritos existentes de histórias, canções, receitas culinárias da cultura indígena.

e) A consideração de que a aquisição da competência comunicativa no uso da língua portuguesa partirá da oralidade, reproduzindo as situações de uso mais frequentes para a compreensão do contexto de interação e do sentido das escolhas lingüísticas, nas comunidades predominantemente monolíngües em língua materna.

f) Conscientizar os professores da importância do uso de diversos tipos de textos (literários, descritivos, informativos etc), considerando-os como materiais didáticos no processo de alfabetização. É importante desenvolver com os professores atividades de leitura de diversos tipos de textos, refletindo sobre a importância da leitura como uma atividade a ser realizada com seus alunos, desde o início do processo de alfabetização, incentivando também os alunos a lerem.

g) Ressaltar a importância da produção escrita dos alunos, durante todas as fases do processo de alfabetização.

h) Conhecer a situação sociocultural das línguas em situação de contato, em termos de multilingüismo/bilingüismo e diglossia. Considerar, também, que o uso da língua portuguesa pelos falantes indígenas também poderá servir de veículo da especificidade sociocultural intra e intercultural dessas sociedades.

i) Oferecer subsídios aos professores indígenas para que sejam capazes de elaborar atividades adequadas aos níveis de aquisição da língua escrita de seus alunos, tornando-se agentes criativos na construção de uma metodologia própria de ensino, e não simples reprodutores de modelos já existentes.

Temas a serem desenvolvidos tanto nas etapas intensivas quanto no acompanhamento pedagógico (Estágio I):

a) Estudo das fases de aquisição da escrita a partir da observação dos alunos das escolas indígenas. Este trabalho deve ser feito durante o Estágio I, quando é possível um melhor acompanhamento dos alunos das escolas indígenas, e nos cursos de formação, ocasiões em que o professor cursista deve apresentar cadernos e atividades desenvolvidas por seus alunos e o seu diário de classe.

b) Atividades pedagógicas variadas a serem trabalhadas de acordo com o estágio de aquisição de escrita dos alunos.

c) A elaboração de textos e atividades pedagógicas a serem utilizados como materiais didáticos nas diversas fases de aquisição da escrita.

d) O papel do recontar oral e da reescrita de textos conhecidos, no processo de alfabetização.

6.4.2. AREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E NATURAIS

Está área de conhecimento deverá situar a matemática e as ciências naturais como atividades históricas, sociais e culturais, valorizando os conhecimentos matemáticos e do meio ambiente tradicionais dos povos indígenas. Deverá ainda propiciar a compreensão da matemática e das ciências naturais como uma forma de explicação e atuação sobre a realidade, através da classificação, comparação, quantificação e medição, estimulando os professores-cursistas a pesquisarem as suas formas de fazer matemática e de classificar o meio ambiente a sua volta.

6.4.2.1. DISCIPLINA: MATEMÁTICA

Esta disciplina buscará desenvolver o estudo da matemática estabelecendo uma ligação com a realidade, a partir de situações relacionadas tanto às práticas tradicionais quanto às práticas provenientes do contato. Promoverá o estudo da matemática a partir de situações concretas vivenciadas pela comunidade, com relação às atividades de produção, comercialização e aquisição de bens. Deverá proporcionar ao professor-cursista o acesso aos conhecimentos matemáticos acumulados pela humanidade, tanto das sociedades indígenas como das sociedades não-indígenas.

Etapas em desenvolvimento no estudo da matemática, temas, metodologia de ensino e perspectivas de continuidade do trabalho:

- a) Uma das principais expectativas dos professores indígenas com relação à matemática é de um aprendizado que os capacite para as operações de compra e venda. Esse aprendizado não se dá de maneira a tornar a matemática uma disciplina isolada, reduzida ao estudo do sistema decimal e ao domínio das quatro operações, mas de modo coordenado com as demais disciplinas na compreensão do sistema econômico, político e social em que estas relações estão inseridas.
- b) Por outro lado, também se faz necessário ampliar a visão desses professores com relação ao papel da matemática como forma de explicação e atuação sobre a realidade, não só no contexto do contato com a sociedade não-indígena, mas também dentro de sua própria cultura. Desse modo, o trabalho de formação na área de matemática deverá abordar temas relacionados à realidade dos povos indígenas do Amapá, tanto no que diz respeito às relações com a sociedade não-indígena como às práticas tradicionais de suas comunidades.
- c) Nesse processo, deverá ser desenvolvido o estudo dos números e das relações numéricas partindo do sistema de organização das quantidades e de contagem de cada povo, a compreensão do sistema decimal, as operações (adição, subtração, multiplicação e divisão) contextualizadas na elaboração e resolução de problemas criados a partir da realidade cotidiana vivida pelas comunidades.
- d) O ensino da matemática está contextualizado no aprendizado da língua portuguesa e da relação de contato, tendo como estratégia pedagógica as dramatizações e a abordagem de situações de conflito (compra de produtos e venda - de gêneros ou

artesanato - nos municípios vizinhos, ou em cidades como Macapá, Belém e Brasília).

- e) Dentro dos temas abordados outros conteúdos irão necessariamente emergir como o uso da fração, porcentagem, proporcionalidade, números inteiros e decimais, os quais apresentam a necessidade de um estudo mais aprofundado. O encaminhamento de novos conteúdos será realizado a partir das necessidades levantadas dentro dos temas propostos para estudo.
- f) Também deverá ser desenvolvido o estudo das medidas de comprimento, área, capacidade, volume e massa (abordando diversas unidades de medidas, desde as tradicionais dos povos indígenas aos padrões usados historicamente pela humanidade). Nesse aspecto a matemática está bastante relacionada ao ensino da geografia, principalmente na elaboração de mapas.
- g) O estudo dos padrões de pinturas corporais e do artesanato, cuja geometria é bastante complexa, deverá ser utilizada como campo de estudo para a geometria.
- h) Os professores indígenas também deverão procurar pesquisar e documentar a riqueza de formas geométricas desses padrões, bem como os conceitos geométricos desenvolvidos por cada povo. Nesse sentido a geometria abrange o estudo da natureza e o desenvolvimento da arquitetura, da organização dos espaços (da casa, da roça, das capoeiras e da mata), específica de cada povo. Como resultado positivo da formação desenvolvida, deverá ser estimulado que os professores indígenas adquiram interesse no estudo da geometria de seus povos, registrado-a no diário de classe momentos de ensino na escola dos padrões de pintura corporal e do artesanato, precedidos de pesquisa realizada pelo professor com os mais velhos.
- i) Os povos indígenas do Amapá vêm se organizando também em Associações, gerenciadas por representantes indígenas, cuja expectativa é da capacitação para a elaboração de planejamentos orçamentários, controle dos recursos financeiros, domínio das operações bancárias, elaboração das prestações de conta, entre outras ações administrativas das associações. Para atender a essas expectativas, alguns temas de estudo deverão ser desenvolvidos, com base nas situações vividas pelas comunidades, de compreensão do sistema monetário brasileiro, da relação entre mercadorias, preço e mercado; das operações bancárias mais utilizadas pelos índios (cheques, controle de extratos e aplicações financeiras, juros); inflação, lucro e prejuízo.

6.4.2.2. DISCIPLINA: CIÊNCIAS NATURAIS

O estudo desta disciplina deverá propiciar aos professores-cursistas o entendimento das noções básicas tais como configuradas pela disciplina de Ciências Naturais na sociedade não-índia. Ao mesmo tempo, deverá estimular os professores-cursistas a pesquisar suas próprias concepções a respeito da natureza, valorizando suas formas de conhecimento tradicional. Os povos indígenas que estão em contato permanente com a natureza têm elaborado um saber rico e complexo sobre a origem do mundo, a existência dos seres vivos e sobrenaturais, em suma, as relações entre a sociedade e o meio ambiente. Esse tipo de conhecimento tem sua própria lógica e constitui uma fonte de referência nas práticas de suas vidas cotidianas. Nesse sentido, o estudo dessa disciplina deverá fomentar a apropriação de instrumentos e de conhecimentos indígenas e não indígenas que contribuam à valorização tanto das relações vivenciadas historicamente e cosmologicamente por cada uma das etnias, como também daquelas provenientes do contato interétnico. Espera-se assim que os professores indígenas possam promover a reflexão dos seus alunos sobre a importância dos conhecimentos e interações de suas comunidades com os ambientes por eles ocupados.

Etapas em desenvolvimento no estudo de ciências naturais, temas, metodologia de ensino e perspectivas de continuidade do trabalho:

- a) Desenvolver o estudo das relações dos seres vivos entre si e com o meio-ambiente, valorizando os sistemas de conhecimentos indígenas, como a classificação (flora, fauna, tipos de solo e de vegetação), manejo de espécies vegetais (sua diversidade, sobretudo das espécies cultivadas) e animais, dos recursos naturais, conhecimentos astronômicos e espirituais.
- b) Estudar os fenômenos da natureza através das concepções indígenas e não-indígenas. refletir sobre a noção de preservação da natureza e a diferença entre "preservação" e "conservação" dos ambientes "naturais"; estimular os professores-cursistas a reconhecerem as espécies marcadoras dos ambientes naturais; os diferentes tipos de manejo realizados pelos povos indígenas;
- c) Estudar as transformações que os seres humanos realizam sobre o meio-ambiente, analisando as consequências positivas ou negativas dessa interferência, ressaltando a importância do uso adequado e da preservação dos recursos naturais não-renováveis.

- d) Estabelecer a relação entre saúde e meio-ambiente, buscando alternativas para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida.
- e) Promover um trabalho de educação para a saúde visando a melhoria das condições de vida e de saneamento, como forma de prevenção das doenças surgidas após o contato.
- f) Valorizar a medicina tradicional indígena, ressaltando a importância dos especialistas em plantas medicinais e dos pajés.
- g) Estudo do tempo relacionado ao meio-ambiente e à cultura : alterações sazonais da natureza, que determinam a colheita, coleta e a extração de produtos da floresta, a caça e a pesca, o uso de instrumentos diversos para a obtenção de alimentos de acordo com a época. O tempo relacionado ao ciclo de festas, à confecção de artesanato, aos ritos de passagem, às excursões pela floresta e a coleta, ao trabalho da roça, ao preparo de alimentos. O tempo relacionado à alimentação e à saúde. Calendário escolar.
- h) Estudo dos animais e as plantas (levantamento das formas de classificação e de manejo de espécies tradicionais dos povos indígenas/ compreensão da taxonomia utilizada pelos não-índios). Estudo das plantas nativas e cultivadas, ressaltando a importância da preservação de espécies através das formas de manejo tradicional e da introdução de novas formas de manejo que possam ser adotadas em razão das alterações do território tradicional impostas pelo contato.
- i) Educação e saúde: as formas tradicionais de uso dos recursos naturais. As atividades predatórias e suas consequências para o homem e o ambiente: O desmatamento; a erosão; os agentes poluidores do ar, da água e do solo (queimadas, agrotóxicos, mercúrio, garimpos, lixo orgânico e inorgânico, radiação e lixo nuclear). Alterações climáticas e ambientais. Extinção de espécies vegetais e animais. Levantamento dos problemas ambientais enfrentados pelos povos do Amapá e estudo de estratégias de enfrentamento destes problemas, tais como: Nascentes dos rios fora dos limites das áreas indígenas . Poluição das águas pelos fazendeiros, madeireiros e mineradores. Controle interno da preservação do rio. Controle interno do lixo orgânico e inorgânico, orientações quanto a contaminação causada por pilhas (um dos principais lixos do Parque). Queimadas. Invasões. Consequências ambientais da adoção pelos índios de modelos tais como pecuária, extração de madeira, garimpo, etc.

- j) Alternativas econômicas auto-sustentáveis que garantam a preservação do meio-ambiente e possam reverter quadros de degradação ambiental: Reflorestamento. Consórcio agro-florestal. Exploração racional e aproveitamento dos produtos da floresta. Manejo de fauna / criação de animais silvestres.
- k) Corpo humano Estudo do corpo humano a partir do levantamento das classificações e concepções indígenas a esse respeito. Comparação com os conhecimentos dos não-índios.
- l) Doenças antes do contato com os não-índios, formas de prevenção e cura. A representação da doença e sua prevenção para o índio. Doenças mais frequentes nas áreas indígenas, identificando as causas, sintomas e formas de prevenção (sarampo, gripe, cáries, doenças sexualmente transmissíveis etc). Saneamento básico e cuidados pessoais para a prevenção de doenças (diarréia, escabiose etc). Doenças transmissíveis e o contato entorno da área indígena. Alcoolismo. Mapeamento da situação de saúde e doença em cada povo.
- m) Pesquisa da medicina tradicional: Os pajés e os especialistas em plantas medicinais.
- n) Alimentos: Alimentação tradicional. Composição e valor nutritivo dos alimentos tradicionais e não-tradicionais. Restrições alimentares de cada povo. A adoção de dieta não-indígena e suas consequências para a saúde.
- o) Energia: Luz, calor, som, movimento, gravidade, eletricidade, magnetismo, combustão. Fontes naturais e artificiais de energia.

6.4.3. AREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS

As disciplinas História e Geografia, via de regra, enfocam uma reflexão de cunho espaço-temporal que articula elementos das duas disciplinas. A junção das duas disciplinas nesta Área de Conhecimento constitui-se em um fator favorável para o processo ensino/aprendizagem que não as segmenta. Esta Área de Conhecimento surge dentro do Programa de Formação como uma ponte entre o conhecimento não sistematizado (em alguns casos da história indígena) e o conhecimento que é comum ao seu ofício. Nesse sentido a História e a Geografia aqui enfocadas trabalhará com duas vertentes que interpenetram-se e se auxiliam mutuamente. Um dos enfoques é dado a história e a geografia local, de cada povo, valorizando-se as formas tradicionais de transmissão oral e dialogando com as versões já sistematizadas por pesquisadores que elaboraram trabalhos sobre a etnia. A recuperação, o registro e a documentação da

história e da ocupação dos espaços geográficos de cada povo são pontos iniciais para uma reflexão sobre os povos indígenas do Amapá com a sociedade envolvente e serão enfatizados ao longo do Programa como instrumentos de pesquisa indispensáveis para a construção de materiais didático-pedagógicos que venham subsidiar futuramente o ensino da história nas escolas indígenas de cada comunidade.

6.4.3.1. DISCIPLINA: HISTÓRIA

Nesta disciplina deve-se procurar sintetizar uma abordagem crítica de eventos da História do Brasil e História Universal onde prevaleça a pluralidade étnica e cultural dos sujeitos envolvidos. Assim é essencial que o professor cursista conheça algumas noções específicas da História tal como é repassada no modo ocidental para que possa entender criticamente algumas idéias que aparecem em meio das relações que historicamente foram travadas com a sociedade envolvente.

Etapas em desenvolvimento no estudo da disciplina história, temas, metodologias de ensino e perspectivas de continuidade do trabalho:

- a) Narrativas tradicionais de cada povo, narradas pelos homens e mulheres mais velhos, incluindo relatos da história oral. Os professores indígenas deverão iniciar a documentação destas histórias.
- b) História do contato inter-étnico de cada povo, antes do contato com os não-índios. A pesquisa junto aos homens e mulheres mais velhos dos diferentes povos (realizadas pelos professores cursistas) e as diversas fontes de documentação realizadas por pesquisadores, deverá contribuir para o desenvolvimento do tema.
- c) História do contato com os não-índios vivenciada por cada povo do Amapá e história da regularização e expansão territorial destes povos. Os professores cursistas deverão pesquisar e registrar a história do contato com as pessoas mais velhas. Ao mesmo tempo, durante o processo de formação, estarão estudando textos produzidos por pesquisadores não-indígenas sobre a história do contato de cada povo.
- d) História do Brasil e da América. A equipe de formação deve procurar atender a expectativa dos professores em estudar a história do Brasil e da América. O estudo da história de alguns povos indígenas da América é de fundamental importância para a compreensão crítica da história do contato com outros povos indígenas e com os não-

índios . A utilização de diferentes formas de registro – iconografias, filmes e escritos antigos – sobre os diferentes momentos da história do Brasil e da América deverão subsidiar as aulas oferecendo alternativas de leitura de um determinado assunto.

e) Os povos indígenas (sociedade, economia, língua e cultura) na época da chegada dos portugueses ao Brasil, recuperando diversas fontes de documentação histórica.

- A sociedade europeia na época das grandes navegações.
- A chegada dos europeus à América e ao Brasil. A visão do europeu e a visão do índio.
- A vida de povos indígenas da América, na época da invasão dos espanhóis e portugueses.
- A ocupação territorial e a exploração econômica (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha).
- O racismo e a escravidão dos povos indígenas e africanos.
- Brasil Colônia, Império e República.
- Estudo da sociedade brasileira e da situação dos povos indígenas em diferentes épocas da História do Brasil, recorrendo a documentos históricos e a legislação referente a estes povos nestes períodos históricos.
- Resistência dos povos indígenas à ocupação de suas terras e à escravidão.
- A imigração.
- Características étnicas da sociedade brasileira atual.
- Aspectos da vida e cultura de alguns povos da antiguidade.
- A idade média, história do comércio, a revolução industrial. história moderna e contemporânea.

6.4.3.2. DISCIPLINA: GEOGRAFIA

Em sua vivência, cada povo se relaciona com seu espaço e cria um modo próprio de entendê-lo e explicá-lo, em outras palavras, uma geografia que lhe é própria. Nessa perspectiva a disciplina Geografia emerge dentro do Programa de Formação com o pressuposto de inserir o conhecimento geográfico indígena e a cosmologia - chamados aqui de etno-conhecimento – no currículo escolar, tomando-os como fontes para a construção de um material específico para o estudo da geografia nas escolas indígenas. Para além de uma etno-geografia valoriza-se o estudo de temáticas e noções mais universais, próprias da disciplina Geografia. O enfoque local revela-se a partir do estudo da ocupação territorial de cada povo indígena do Estado do Amapá,

bem como da ocupação dos não-índios sobre o território indígena. Valoriza-se, assim, as formas pelas quais cada povo entende e se relaciona com a terra, com a água, com as plantas, com o céu, com a chuva, com o vento, com o sol e com outros povos, outras formas de interpretação do espaço.

Etapas em desenvolvimento no estudo da disciplina geografia, temas, metodologias de ensino e perspectivas de continuidade do trabalho:

a) Organização do espaço local e regional: O que é geografia - como surgiu e para que serve. A relação sociedade/natureza: povos indígenas e não-indígenas.

b) Território indígena: organização e produção do espaço geográfico.

-Cartografia.

- Conceito de território indígena.

- A relação natureza/sociedade indígena.

- O processo de invasão e demarcação do território indígena.

- Uso do território indígena: coleta, agricultura, caça e pesca, artesanato.

- Relação aldeia- terra indígena - cidade-Brasil-mundo.

- Alternativas econômicas visando o uso e preservação do território indígena e equilíbrio da floresta.

- Geografia cultural.

c) A região amazônica e o Estado do Amapá

- Cartografia.

- O processo de invasão/ocupação do território indígena.

- A luta dos povos indígenas na conquista e utilização de seu território: as atividades econômicas dos povos indígenas.

- A apropriação e a utilização do território pelos não-índios.

- Circulação de mercadorias e pessoas.

- O Amapá no contexto econômico e cultural brasileiro e mundial.

- As marcas deixadas na natureza pelos não-índios.

- Os desequilíbrios ecológicos na vegetação, no solo, no clima, na hidrografia.

- Povos indígenas do Amapá.

- A população não-indígena do Amapá: As migrações.

- A miscigenação.

- Geografia cultural.

d) Organização de espaço brasileiro:

- Cartografia indígena.
- O processo de invasão e ocupação do território brasileiro.
- Apropriação, utilização e conservação do território pelos povos indígenas:
 - quem e quantos somos hoje.
 - onde e como vivemos.
 - como a natureza é utilizada pelos povos indígenas do Brasil.
- Economia: caça e pesca, coleta, agricultura, extrativismo e artesanato.
- Comércio entre índios e não-índios.
- A questão ambiental dentro dos territórios indígenas no Brasil.

e) Apropriação e utilização do território brasileiro pelos não-índios:

- Como a natureza é utilizada pelos não-índios.
- Os muitos "países" dentro de um só: os grandes contrastes regionais, a configuração do centro e a periferia.
- A indústria definindo a organização do espaço geográfico dos não-índios.
- A economia brasileira atual: extrativismo vegetal e mineral, indústria, agricultura e pecuária, comércio interno e externo.
- A chegada dos estrangeiros brancos e negros.
- A miscigenação.
- Onde e como vivem os brasileiros da cidade e do campo.
- Somos iguais e diferentes: possíveis relações entre índios e não-índios.
- As marcas deixadas pela natureza pelos não-índios, os grandes desequilíbrios ecológicos.

f) O Brasil no contexto internacional: país de periferia.

Organização de espaço mundial:

- Apropriação, utilização e conservação do espaço mundial pelos povos indígenas. A questão ambiental nas áreas indígenas do mundo.
- Apropriação, utilização e conservação do espaço geográfico pelos não-índios:
- A desordem mundial: determinantes históricos, políticos e econômicos como critério de regionalização.
- Processo de industrialização e urbanização na edificação do espaço mundial.
- Conceitos de centro e periferia. Configuração do centro: acumulação, imperialismo e multinacionais. Análise de um estudo de caso, como o Japão.
- Configuração da periferia, a questão de dependência e das desigualdades sociais. Estudo de caso.

- O mundo da economia planificada.
- A globalização da economia.
- As marcas deixadas na natureza pelos não-índios e desequilíbrios ecológicos.
- Grupos étnicos do planeta Terra.
- Somos iguais e diferentes: possíveis relações entre índios e não-índios.

6.4.4. AREA DE CONHECIMENTO: FORMAÇÃO ESPECÍFICA

As disciplinas desta área de conhecimento deverão proporcionar aos professores- cursistas uma formação diferenciada e especializada visando uma melhor capacitação para o exercício de sua profissão. Tais disciplinas, ao mesmo tempo que buscam estimular o professor-cursista a refletir sobre a complexidade da educação escolar na sociedade envolvente, deverão propiciar instrumentais teóricos e metodológicos para que exercitem sua condição não só de professores, como também de pesquisadores .

6.4.4.1. DISCIPLINA: SOCIOLINGUISTICA

Pretende-se, durante o processo de formação, que os professores indígenas se tornem pesquisadores de sua própria língua, inclusive que possam a longo prazo, compreender e utilizar os materiais lingüísticos existentes, bem como produzir novas pesquisas. Para tanto, é importante introduzir noções de sociolingüística, tendo em vista oferecer subsídios aos professores índios para compreender, identificar e acompanhar a situação lingüística de suas aldeias/ áreas indígenas e orientar metodologias e estratégias de trabalho na escola. É necessário que o professor ministrante leve o professor indígena a conhecer a situação sociocultural das línguas em situação de contato, em termos de multilingüismo/bilingüismo e diglossia¹⁸ e forneça subsídios para

¹⁸ O conceito de diglossia que parte da consideração de que o contexto de línguas em contato em situação assimétrica, quando uma das línguas é falada pelo grupo dominante sócio, política e economicamente, pode provocar a substituição de um uso lingüístico, restringindo os domínios sociais de uso da língua indígena. Na área indígena do Oiapoque, por exemplo, o contexto de multilingüismo é reflexo da interação sociocultural que caracteriza este território indígena. A realidade de contato interétnico construído antes do contato com a sociedade nacional e também de fronteira constituiu uma situação sociolingüística em que relações interétnicas simétricas favorecem o multilingüismo e relações interétnicas assimétricas (com a sociedade nacional) favorecem a dominância da língua nacional que, no contexto de multilingüismo, funciona como uma “língua franca”. A formação do professor indígena e sua prática pedagógica podem desenvolver o conhecimento sistematizado dessa realidade sociocultural e a reflexão de estratégias de intervenção nessa tendência principal de deslocamento/substituição do uso lingüístico, servindo de suporte para a consciência sobre o comportamento lingüístico que mantenha o multilingüismo.

a pesquisa no que se refere à mudança e variação lingüística (temas, métodos). Deve promover, ainda, a reflexão sobre a língua, o indivíduo e a sociedade com relação a:

- Língua e poder
- Bilingüismo/ plurilingüismo
- Aquisição da língua portuguesa
- Aquisição da língua materna
- Língua e educação escolar:
- Educação Bilingüe.
- A língua materna na educação bilíngüe
- Variação e mudança lingüística (por gênero, idade, região etc)

6.4.4.2. DISCIPLINA: NOÇÕES DE ANTROPOLOGIA

A disciplina Noções de Antropologia pretende despertar o interesse dos professores indígenas em conhecer as produções de teóricos e pesquisadores a respeito da diversidade cultural. Buscar-se-á, da maneira mais didática possível, transmitir aos professores indígenas noções conceituais e metodológicas que fazem parte do campo de estudo da Antropologia, desde sua emergência enquanto disciplina específica durante o século XIX. O fato das populações indígenas no Brasil conviverem continuamente com antropólogos há quase 100 anos, torna imprescindível que os membros dessas sociedades tornem-se cientes dos conteúdos que propiciam a formação em Antropologia. Por decorrência, outro tema que deverá ser priorizado pelo docente dessa disciplina relaciona-se a ação desempenhada pelo antropólogo enquanto ator político junto as populações indígenas, ação articulada, via de regra, a sua condição de pesquisador.

Alguns dos temas e metodologias possíveis de serem abordados nessa disciplina são os seguintes:

- 1- Leitura e discussão sobre o conceito de cultura, de diversidade cultural e temas correlatos: etnocentrismo, conflitos raciais e preconceito, mudança e transformação, estrutura, mito, história, etc.
- 2- Estudo das relações sociais, políticas e econômicas nas sociedades indígenas e não indígenas.
- 3- A cosmologia, sobrenatural e a diversidade religiosa no mundo antigo e contemporâneo.
- 4 - Atuação dos antropólogos junto às populações indígenas.

Em linhas gerais, essa disciplina deverá estimular o professor indígena a se tornar pesquisador de sua própria cultura, além de pesquisar sobre o conhecimento já acumulado sobre outros povos, inclusive àqueles identificados como não – índios. Espera-se que ao final do módulo da disciplina Noções de Antropologia o professor indígena tenha mais claro os métodos e objetivos da Antropologia enquanto ciência, assim como em relação ao papel do antropólogo enquanto pesquisador e agente político.

6.4.4.3. DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa buscará fornecer subsídios instrumentais e metodológicos para que o professor indígena possa resgatar, registrar e documentar prioritariamente a própria cultura, bem como sua interface com a sociedade envolvente. Cada professor cursista deverá desenvolver anualmente um trabalho de pesquisa sobre algum tema referente à sua realidade sociocultural. Nesse sentido o professor será orientado, nas etapas intensivas e no acompanhamento pedagógico, para a elaboração destes trabalhos, que deverão ser registrados (em língua indígena e/ou português), através de textos e desenhos. O objetivo desse trabalho é despertar no professor cursista uma atitude de pesquisa, como forma de contribuição ao processo educacional, da valorização de sua cultura e de outros povos indígenas e da compreensão crítica da dinâmica social, política e cultural da sociedade envolvente. Discutirá na medida do possível as etapas de uma pesquisa, desde a definição do objeto até a sua análise e apresentação das conclusões. Prioritariamente aprenderá a elaborar roteiros, questionários, coleta e sistematização de dados, elaboração de etnografias, relatórios, transcrição de fitas, etc. Estes trabalhos deverão ser usados como materiais de apoio na escola, como fonte para a elaboração de materiais didáticos e/ou de pesquisa.

6.4.4.4. DISCIPLINA: DIDÁTICA

A disciplina Didática, no curso de magistério indígena, visa preparar o professor cursista para contextos de procedimentos pedagógicos interculturais e bilíngües / multilíngües, considerando suas diferenças e especificidades. A didática contemplada aqui será norteada pelos fundamentos gerais da educação escolar indígena e suas implicações para a formação de professores e ainda as orientações pedagógicas para

cada disciplina contidas no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. (RCNEI/MEC)

- a) Fundamentar o professor para saber o como ensinar, respeitando os processos próprios de aprendizagem das sociedades indígenas.
- b) Orientar sua didática no planejamento, nos procedimentos pedagógicos e na avaliação.
- c) Pesquisar os diversos recursos a serem utilizados no processo ensino-aprendizagem, conforme as especificidades de cada etnia.
- d) Fazer intercâmbios de experiências pedagógicas que deram resultados positivos.
- e) Conhecer as estratégias pedagógicas para especificar a ação e aplicá-las.
- f) Orientar e elaborar instrumentais de registro e de controle inseridos no processo escolar.
- g) Conhecer os materiais didáticos disponíveis para avaliar sua aplicabilidade em sua realidade étnica.
- h) Conhecer as técnicas e métodos de ensino e suas dinâmicas pedagógicas.
- i) Orientar na pesquisa de objetivos e conteúdos de ensino, identificando os seus interesses de aprendizagem de modo significativo.
- j) Adaptar abordagens na relação professor-aluno em seu contexto cultural.

6.4.4.5. DISCIPLINA: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

Esta disciplina deverá promover aos professores-cursistas elementos à leitura crítica do sistema de educação formal no Brasil, ao refletir sobre o papel do Estado na formação do cidadão e o espaço concedido às populações indígenas nas Leis de Diretrizes e Bases. Além disso, o professor-cursista será levado a refletir sobre a aplicabilidade da legislação brasileira pertinente a educação escolar indígena, ao discutir sobre novas formas de gestão, organização e elaboração e implementação proposta curricular de maneira específica nas escolas localizadas nas áreas indígenas.

Temas possíveis de serem desenvolvidos nessa disciplina:

- a) O papel do Estado, da família e da escola numa perspectiva histórica das Leis 5.692, 7044 e 9394.
- b) O “poder” da educação como instrumento de manutenção e mudança social. Refletir sobre a história da educação no Brasil, relacionada com o contexto social, econômico e político da sociedade brasileira.

- c) O acesso a educação escolar para as sociedades minoritárias no Brasil. Relacionar a história da educação escolar indígena com a política indigenista oficial.
- d) Avanços e indefinições na legislação brasileira sobre a educação escolar indígena.
- e) A elaboração de propostas curriculares específicas para sociedades indígenas.
- f) Novas formas de organização da estrutura escolar indígena.
- g) Alternativas de gestão diferenciada para escolas indígenas.
- h) Promover com os professores indígenas uma reflexão sobre a história da escola na sua própria aldeia e na área indígena.

6.4.5. ESTÁGIO SUPERVISIONADO¹⁹

Estágio I:

Consideramos fundamental que os professores cursistas mantenham diálogo com a sociedade envolvente, inclusive no que diz respeito à educação escolar. É importante que eles conheçam o trabalho dos professores não índios, entrando em contato com as mais diversas concepções de escola. Este estágio deve promover esta interação e sugerimos que seja feito em escolas como a Escola Bosque, em Escolas-Família, na Escola Paulo Freire ou outra que propicie a reflexão e não apenas aponte modelos de educação escolar a serem seguidos.

Estágio II:

Este estágio, também chamado de acompanhamento pedagógico ou escolar, será desenvolvido durante a atuação dos professores cursistas nas escolas indígenas. Os profissionais que realizarão o acompanhamento pedagógico devem estar ligados ao Programa de Formação (como professores-docentes, monitores, consultores ou coordenadores de cada subprograma) e atuarão individualmente com o professor cursista em sala de aula. Este estágio priorizará o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas pedagógicas, bem como metodologias de ensino, currículo e avaliação, voltados à especificidade da educação escolar indígena e às características de cada etnia ou, ainda, cada aldeia. Nesse momento será possível a avaliação individual do

¹⁹ Embora estejam em formação, os professores cursistas já estão atuando em sala de aula, já que a Resolução 03/99 garante sua formação em serviço "Será garantida aos professores indígenas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização". (Art. 6, parágrafo único)

professor cursista, suas dificuldades e habilidades. Esta etapa do estágio deve acontecer nos períodos de intervalo entre a realização de uma etapa e outra. As pessoas que estiverem à frente desta fase do trabalho devem elaborar um relatório destinado à Coordenação do Projeto, de acordo com o modelo (em anexo). O referido modelo de relatório deverá passar por sucessivas versões, procurando abranger o maior número de informações possíveis sobre a atuação do professor e sobre o papel da escola na comunidade. As informações contidas nos relatórios serão sistematizadas na ficha de acompanhamento de cada professor indígena pela Coordenação do Projeto, cuja documentação é arquivada no Núcleo de Educação Indígena do Amapá.

O assessor responsável pelo acompanhamento pedagógico deve assistir às aulas do professor cursista, observando sua atuação. Após a aula, deve ser realizada uma avaliação da mesma em conjunto com o professor índio, momento em que o assessor deverá fazer observações sobre a aula assistida, contemplando questões como o interesse e participação dos alunos, compreensão destes sobre os conteúdos abordados, postura do professor, relacionamento entre os alunos de forma a possibilitar o aprendizado mútuo, uso de atividades lúdicas, necessidade de aprofundamento no estudo de temas de interesse do professor e/ou dos alunos, orientações na elaboração de planejamentos de aulas e do registro no diário de classe.

As orientações do assessor com relação ao “diário de classe”, que consiste num livro onde os professores indígenas escrevem o conteúdo e o desenvolvimento de suas aulas, têm como objetivo que o professor registre, detalhadamente, o trabalho que desenvolve. O assessor deve também contribuir com o trabalho do professor, orientando-o no uso do diário como instrumento de avaliação de sua atuação pedagógica. Cada professor possui um estilo particular de registro, que deve ser respeitado pelo assessor.

Outro trabalho do assessor é dar continuidade à formação intelectual do professor cursista, buscando o aperfeiçoamento de seus textos nas línguas indígenas e na língua portuguesa, ampliação de vocabulário, interesse pela leitura, compreensão de textos, revisão do aprendizado do professor cursista em todas as disciplinas. Além disso, o assessor deve contribuir com orientações nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo professor cursista.

O assessor também deve conversar com os alunos, com seus pais e lideranças da aldeia, avaliando a aceitação do trabalho do professor cursista pela comunidade. De

maneira geral as comunidades estabelecem alguns critérios na avaliação do trabalho do professor, tais como a assiduidade, a pontualidade, a paciência e respeito com os alunos, a participação do professor indígena nas festas e demais atividades culturais e nas reuniões e trabalhos coletivos promovidos pelas lideranças.

7. ORÇAMENTO

8. Equipe de Elaboração:

Nome	Instituição
Davi dos Santos Serrão	Chefe do NEI – Núcleo de Educação Indígena/AP
Luís Roberto de Paula	Antropólogo – NEI
Patrícia B. de Souza	Lingüísta – NEI
Paulo Favacho	Historiador – NEI
Maria das Graças	Pedagoga – NEI
Karla Damasceno	Pedagoga – NEI
Herondino	Matemático – NEI
Alex	Geógrafo – NEI
Isabel Mitsue Shimizu	Bióloga

8. Bibliografia Consultada

1995

Equipe Paritária (SEDUC-MT, FUNAI, CIMI, UFMT, OPAN, etc) **Projeto Tucum: Programa de Formação de Professores Índios para o Magistério.** Cuiabá, MT.

1997

ISA (Instituto Socioambiental) **Proposta Curricular de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingú para o Magistério de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental.** São Paulo, SP.

1998

MEC **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas,** Brasília-DF

1998

SEED - Núcleo de Educação Indígena- AP **TURÉ: Programa de Formação para o Magistério Indígena,** Macapá, AP.

2000

Governo do Estado do Mato Grosso **Projeto de Cursos de Licenciatura Específicos para a Formação de Professores Indígenas.** Cuiabá, MT.

8. ANEXOS:

- 1- Modelo de Relatório de Acompanhamento às Escolas Indígenas.
- 2- Fichas de Avaliação e Acompanhamento dos Professores Indígenas
- 3- Documento de Conclusão
- 4- Ficha de Matrícula e Termos de Compromisso
- 5- Ficha de Frequência

ANEXO 1

MODELO DE RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ÀS ESCOLAS INDÍGENAS²⁰:

Este modelo deverá servir de roteiro a ser seguido pelo assessor na elaboração do relatório. O assessor deverá obedecer a numeração e responder todas as questões.

1-Período de assessoria:

2-Nome do assessor:

3-Nome da Escola-

4-Aldeia:

3-Município:

4-População da aldeia:

5-Povos que vivem na aldeia:

6-Situação Linguística da aldeia

7- Línguas faladas:

8- INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA E O PROFESSOR:

8.1-. Há quanto tempo existe a escola?

8.2. Nome do professor:

Idade:

8.3. Tempo de atuação:

8.4. Escolaridade do professor (Onde, como, com quem , quanto tempo estudou?)

8.5. O professor desenvolve outros trabalhos na aldeia, além de lecionar?

8.6. Remuneração professor/ instituição

8.7. Cursos que o professor participou

8.8. Competência Bilingue (explicitar as línguas faladas pelo professor):

MLI - Monolíngue língua indígena

MLP - Monolíngue língua portuguesa

BDLI- Bilíngue Dominante em Língua Indígena

BDLP- Bilíngue Dominante em Língua Portuguesa

MA - Multilinguismo Ativo (fala e entende)

MR - Multilinguismo Receptivo (Entende, mas não fala)

9. CALENDÁRIO ESCOLAR:

²⁰ Este modelo de relatório de acompanhamento foi elaborado com base nos desenvolvidos pela Comissão Pró-Índio do Acre, pelo IAMÁ, FUNAI , AVA e ISA Trata-se de um roteiro a ser preenchido pelos técnicos responsáveis pela assessoria às escolas indígenas do Amapá

Meses de aulas:
 Meses de recesso:
 Motivo do recesso (roça, festas, coleta, outros)

10. ESTRUTURA E CONDIÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA:

Especificar: tipo de construção (material, metragem, número de salas, se existe depósito de materiais), estado de conservação, localização na aldeia, condições dos mobiliários e equipamentos existentes.

10.1. Materiais e mobiliários necessários:

10.2. Organização da escola pelo professor (Como estão organizadas as mesas e carteiras/ situação do material existente - livros e materiais escolares, condições de acondicionamento / Observar se há materiais escritos afixados na escola - quais e em que línguas)

11. Materiais Didáticos/livros / jogos pedagógicos existentes na escola
 (Especificar entre os materiais existentes, quais são mais usados pelo professor)

12. Materiais Escolares (diversificação e quantidade/ regularidade remessa/ quem fornece/ o que falta)

13. RELAÇÃO DOS ALUNOS POR TURMAS-

Listar e especificar o número de alunos por turma e o total (nome indígena e em português -se houver - e a idade de)

Horário de funcionamento, turmas e séries

Especificar qual o critério usado pelo professor para organização das turmas (situação de aprendizado, sexo, idade, outros)

Registrar a participação das mulheres na escola por turma (contextualizar).

14- Evasão escolar

Obs.Verificar Lista Anterior, observando se há alterações.

Identificar a razão da evasão escolar, caso seja observada.

Existem crianças e jovens que não frequentam a escola? Por que?

15-COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA DOS ALUNOS:

ALUNO	ENTENDE		FALA		ESCREVE		LÊ	
	LI	LP	LI	LP	LI	LP	LI	LP

16. COMPETÊNCIA DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA:

Conceito de número/quantidade (contagem na LI e LP)

Compreensão do sistema decimal/ Valor posicional/ sequência numérica

Soma

Subtração

Multiplicação

Divisão

Resolução de problemas

Especificar como vem se dando a pesquisa/estudo da geometria indígena.

Outros conteúdos (fração, porcentagem etc)

17. INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR:

17.1. Línguas usadas pelo professor durante as aulas (oral e escrita)

17.2. Como, quando e por que o português é usado em sala de aula?

17.3. Como, quando e por que a Língua Indígena é usada em sala de aula?

18. DESCRIÇÃO DAS AULAS ASSISTIDAS:

19. Disciplinas e conteúdos trabalhados pelo professor na escola (verificar também o diário de classe). Como o professor trabalha cada disciplina (LP, LI, Matemática, Geografia, História e Ciências)? Caso o prof. deixe de trabalhar alguma das disciplinas explicitar o motivo.

20. OBSERVAÇÃO DA AULA DO PROFESSOR QUANTO A:

20.1. Atividades criativas x atividades de repetição e memorização.

20.2. Formas de motivação usadas pelo professor como estímulo ao aprendizado (Jogos, brincadeiras, atividades lúdicas, desenho etc)

21. Interação do professor com os alunos em sala de aula:

-Participação dos alunos: silêncio x passividade, como os alunos reagem às propostas do professor, todos realizam as atividades propostas pelo prof.?

- Existe um atendimento individual?

- Existem atividades em grupo orientadas pelo professor?

- Como se dá o estímulo à construção do conhecimento x respostas prontas, paciência do professor nas explicações etc.

- Interação alunos x alunos (Formas de cooperação nas relações ensino-aprendizagem).

22. Como o professor orienta a elaboração de textos pelos alunos e como utiliza textos escolhidos por ele? Especificar esse trabalho com relação à LI e LP.

Observar se o professor possibilita momentos de criação de textos pelos alunos, como o professor orienta os alunos nestas produções, como corrige os textos, se utiliza pedagogicamente os textos produzidos pelos alunos.

Registrar alguns temas sugeridos pelo professor para a elaboração de textos.

Observar como o prof. utiliza os materiais didáticos de alfabetização e de leitura em LI e LP e que tipos de textos são utilizados.

23. Relação da competência linguística do grupo com o desempenho na aprendizagem (facilidades e dificuldades em razão das condições linguísticas de professores e alunos):

24. Materiais didáticos utilizados nas aulas assistidas e decorrer do ano letivo (livros, apostilas, jogos - consultar diário de classe)

25. Atividades mais utilizadas e apreciadas pelo professor e alunos

26. Como o professor planeja as aulas? Faz algum tipo de registro?

27. Avaliação do professor quanto ao aprendizado dos alunos (que critérios o professor usa para avaliar, que tipo de avaliação realiza?)

Se possível o assessor deverá recolher alguns materiais dos alunos como amostragem

28. Contextualização do que é ensinado na escola em relação ao universo cultural e em relação à compreensão dos alunos

Como a cultura está presente na escola? Os temas abordados atingem a compreensão e estão relacionados à realidade sócio-cultural?

Relação dos conteúdos trabalhados na escola com a valorização cultural e linguística.

Existe uma "Escola do Índio", implementada pela ATIX? Qual a participação do professor nesse trabalho? Como o professor aproveita o trabalho de resgate cultural na escola?

29. O professor desenvolve alguma atividade pedagógica fora da sala de aula? Quais? Com que objetivos? Caso negativo, por que?

30. Relação dos conteúdos trabalhados na escola com as questões ligadas às alternativas econômicas/ desenvolvimento sustentável (roça, atividades produtivas, compra e venda de mercadorias, caça e pesca etc).

A comunidade está envolvida em alguma atividade produtiva para comercialização? Qual? Como a comunidade se organiza para esta atividade?

31. Como são trabalhadas as questões ambientais internas (lixo, poluição do rio etc)

32. Como são trabalhados na escola as questões ambientais, políticas e econômicas que dizem respeito ao entorno do Parque?

Levantar se a comunidade mantém relações com as prefeituras dos municípios do entorno do Parque.

33. Como o professor se sente em seu trabalho?

Problemas, facilidades, dificuldades, metodologia, relação com a comunidade etc.

34. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ASSESSOR

Especificação do que foi trabalhado com o professor em relação aos seguintes pontos:

35.1. Planejamento das aulas

35.2. Orientações pedagógicas em cada disciplina trabalhada.

35.3. Avaliação do aprendizado dos alunos.

35.4. Orientações nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo professor.

35.5..Descrição das aulas dadas pelo assessor ao professor e ao agente de saúde, Avaliação individual do desempenho.

Desempenho nas aulas, dificuldades, compreensão do que foi estudado, necessidades de trabalho mais intenso, temas/conteúdos de interesse etc.

36. Relação do professor com a comunidade

Como se dá a subsistência do professor?

A comunidade oferece algum tipo de apoio?

Relação do professor com as lideranças da aldeia, como essas lideranças vêem o trabalho do professor e a escola?.

Critérios de avaliação que a comunidade estabelece. Opinião da comunidade sobre a escola na aldeia e o trabalho do professor.

A postura do professor em relação à comunidade, observar se há interação entre o prof. e os demais membros da comunidade, além das lideranças, se o professor participa das festas e reuniões, como é seu desempenho nessas ocasiões.

37. Integração do trabalho do professor com o agente de saúde.

Há ações comuns do professor e do agente de saúde com relação à higiene na aldeia, lixo, saneamento etc?

O agente de saúde dá aulas na escola sobre prevenção de doenças?

Descrever a situação da aldeia com relação ao lixo, aos problemas de saúde, avaliação da comunidade com relação ao trabalho do agente de saúde.

38. Colaboração do professor na organização da comunidade e nas relações de comercialização.

Existe? Como se dá?

39. Outras observações:

ANEXO 2

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ
 PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS PARA O MAGISTÉRIO
 MODELO DAS FICHAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS
 PROFESSORES INDÍGENAS:**

* Esta ficha individual é organizada pela Coordenadora do Projeto a partir dos relatórios de acompanhamento pedagógico à escola e relatórios do desempenho dos prof. indígenas nos cursos.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROFESSOR:

1. Nome:
2. Idade (ano de nascimento):
3. Nome da escola:
4. Aldeia:
5. Polo:

6. Nome do pai:
 Nome da mãe:

7. Documentos (caso o professor possua):
 Certidão de Nascimento (pode ser da FUNAI):
 RG:
 CIC:
 Título de Eleitor:

8. Estado civil:
 Número de filhos:

9. Escolaridade (onde, quando, com quem, o que estudou)

10. Etapas intensivas do curso que participou

11. Assessorias realizadas na escola (especificar as datas e o nome do assessor)

12. Remuneração por instituição pública ou privada.

13. Competência Linguística do Professor:

FALA		ENTENDE		ESCREVE		LÊ	
LI	LP	LI	LP	LI	LP	LI	LP

14. Especificar se o prof. desenvolve outros trabalhos na aldeia:

15. População da aldeia:

16. Povos que vivem na aldeia:

17. Situação Linguística da aldeia:

18. Período de existência da escola:

19. Tempo de trabalho do professor (desde quando leciona). A escola teve outros professores? Por que as alterações?

20. Calendário escolar adotado

Período de aulas:

Recesso:

Motivo recesso (festas, roça, atividades produtivas p/ comercialização etc)

21. Estrutura e condições físicas da escola:

21.1. Organização do espaço da escola e dos materiais, realizada pelo professor:

21.2. Materiais e mobiliários necessários:

22. Materiais didáticos/ livros/ jogos da escola:

Relação dos alunos por turmas e séries (critérios usados pelo prof. para a divisão)

Registrar se há evasão escolar através das listas anteriores e o motivo

Observar a presença das mulheres na escola (contextualizar)

23. Competência linguística dos alunos:

ALUNO	FALA		ENTENDE		ESCREVE		LÊ	
	LI	LP	LI	LP	LI	LP	LI	LP

24. Informações sobre a atuação pedagógica do professor:

Que disciplinas são trabalhadas na escola?

Como o prof. organiza suas aulas/ como se dá a participação dos alunos/ a relação entre os alunos e com o prof.

Planejamento das aulas

Registro no diário de classe

Anotações transcritas do diário do professor sobre as aulas realizadas

Atividades criativas x atividades de memorização/repetição

Formas de motivação para o aprendizado dos alunos

Informações sobre o trabalho do professor em cada disciplina

Quais os conteúdos/temas escolhidos pelo prof.?

Quais os materiais didáticos/ livros/ jogos mais utilizados?

Como o professor trabalha a cultura na escola?

O professor propõe a elaboração de textos pelos alunos? Como ele trabalha com estes textos?

25. Critérios de avaliação dos alunos utilizados pelo professor

26. Como o prof. trabalha com as questões ambientais e as questões relacionadas ao entorno do Parque?

27. Como o prof. se articula com o agente de saúde? Há algum trabalho conjunto de educação para a saúde?

28. Participação do professor nas atividades promovidas pela comunidade (festas, reuniões, roças, Associações Indígenas etc)

29. Avaliação realizada pela comunidade com relação ao trabalho do professor, expectativas da comunidade com relação à escola.

30. O prof. colabora com a comunidade na organização da produção para comercialização? Há atividades destinadas à comercialização?

31. Estágio das pesquisas desenvolvidas pelo professor (quais são e como vem se desenvolvendo)

32. Observações sobre a aldeia:

Situação de saneamento, saúde, higiene, saúde bucal, língua, cultura, invasões, relação com não-índios, doenças etc.

33. Avaliação com relação a seu desempenho do prof. em cada disciplina:

Língua Indígena

Língua Portuguesa

Geografia

História

Ciências

Matemática

Noções Antropologia

Noções de Sociolinguística

Estrutura e Ensino de Primeiro Grau

Didática

Métodos e Técnicas de Pesquisa

34. Auto-avaliação do prof. com relação à sua atuação (dificuldades, perspectivas, expectativas, interesses de estudo e pesquisa etc)

Anexar para efeito de avaliação:

Textos do prof. produzidos em todos os momentos da formação

Anotações de seu diário de classe

Pesquisas desenvolvidas

ANEXO 3

Documento de conclusão do Curso
(de acordo com modelo fornecido pela SEDUC/MT):

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

DOCUMENTO DE CONCLUSÃO

O cursista _____ após concluir todas as etapas do Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu, Polo _____, com _____% de frequência, de acordo com o parecer nº _____ / CEE e Resolução nº _____ / CEE, está habilitado para o exercício do Magistério Ensino Fundamental, 1º a 4º séries, e em condições de cursar o terceiro grau em qualquer estabelecimento de ensino do país.

ANEXO 4

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ESTADO DO AMAPÁ

PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

FICHA DE MATRÍCULA

Nome do aluno:

Nacionalidade:

Data de Nascimento:

Sexo:

Povo:

Estado:

Nome do pai:

Nome da mãe:

Tempo de trabalho do professor:

Escolaridade:

Nome da escola em que leciona:

Aldeia:

Município:

Documento:

Local:

Data:

Assinatura do responsável pelo Projeto

Assinatura do aluno

ANEXO 5

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ

TERMOS DE COMPROMISSO

Eu _____, prof. da Escola
_____, localizada na aldeia _____,
no município de _____, portador do documento
_____, residente na aldeia
_____, no Parque Indígena do Xingu, firmo o compromisso de
matricular-me e permanecer durante todas as etapas do Projeto de Formação de
Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu (cursos de formação e
acompanhamento pedagógico).

Critérios para se matricular no Projeto:

- Ter mais de 16 anos.
- Ser indicado pela comunidade.
- Gostar de dar aula, de trabalhar com crianças e adultos, gostar de estudar.
- Não ter problemas de consumo de bebidas alcóolicas ou drogas.
- Ter consciência que o fato de participar do Curso de Formação de Professores Indígenas não lhe garantirá, automaticamente, um emprego.

Local:

Data:

Assinatura do (a) professor (a): _____